

BOLETIM CRC SP

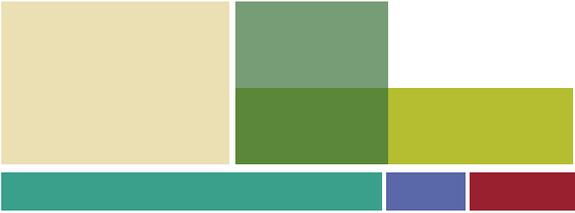
ANO XXXVI DEZ/JAN/FEV/2006 ÓRGÃO INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

nº 157



Melhores momentos de 2004/2005





SUMÁRIO

04 Editorial

05 Cartas

ARTIGOS

06 A importância do capital humano



Luciana Cobra Guimarães
Robernei Aparecido Lima

09 Obrigações acessórias: um dilema para o contribuinte



Dulcinéia Lopes dos Santos

10 A importância do currículo na formação do profissional contábil



Samantha Meloni

12 Contabilidade e Responsabilidade Social



Antonio Carlos Gomes Junior

14 A diferença está na execução



Paulo Araújo

16 As análises de ciclo de vida, o conceito de sustentabilidade e as oportunidades para aumentar a aplicação das contabilidades de custos e ambiental



Alexandre Saramelli

20 Responsabilidade dos contabilistas: previsão na lei de recuperação de empresas



Wilson Alberto Zappa Hoog

NOTÍCIAS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

22 Planejamento estratégico 2006/2015

22 Números de aparelhos de fax do CRC SP alterados em 1º de dezembro

FISCALIZAÇÃO

23 Obrigatoriedade legal de escrituração contábil

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

24 Relatório da EPC deve ser entregue até 31 de janeiro de 2006

25 Confira a programação para o 1º trimestre de 2006

REGISTRO

30 Sistemas informatizados necessitam de ambientes saudáveis e seguros

ESPECIAL

32 Eleições *online* CRC SP 2005: chapa única é eleita com maioria absoluta

33 Homenagem à José Ismar da Fonseca

34 ADD – Associação Desportiva para Deficientes: portas abertas para o esporte e a capacitação profissional

TRABALHOS

40 O controle e a informação contábil no planejamento tributário de uma pequena empresa para redução dos tributos e otimização dos lucros

56 Apuração da inflação interna nas empresas



CONSOLIDAMOS IDÉIAS, APERFEIÇOAMOS TALENTOS

Hora de passar na telinha das nossas lembranças os dois últimos anos vividos no CRC SP. Convívio com os colegas conselheiros e representantes das entidades contábeis, autoridades, profissionais, colaboradores e funcionários.

Como sempre dissemos, nossa gestão foi uma continuidade costurada às administrações de nossos antecessores. Viemos somar e conseguimos. Juntamos a experiência de figuras ilustres da Contabilidade com jovens iniciantes com renovado vigor.

Cresceu o número de profissionais participantes em nossos cursos, contribuindo, desta maneira, com o desenvolvimento da profissão contábil. Aumentou, também, com as nossas campanhas, o envolvimento dos Contabilistas em ações sociais, um dos grandes objetivos deste Conselho.

Avançamos no resgate da história da Contabilidade, ao conseguirmos depoimentos de importantes episódios vividos por ilustres figuras do mundo contábil, tendo como corolário os Presidentes Beneméritos do CRC SP, com justiça homenageados e mais freqüentes no dia-a-dia do nosso Conselho.

Nossos eventos ganharam ares de modernidade, passando a acontecimentos mais ágeis, leves e objetivos. Na 19ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, foi grande a receptividade à cerimônia de abertura do evento, se não diferente, foi inusitada. Palestras de grande envergadura, suaves e prazerosas, sem perder o foco da qualidade.

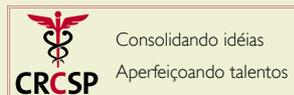
Enfim, chegamos à feliz conclusão, fruto do trabalho sério levado a efeito com competentes conselheiros e um dedicado Conselho Diretor. Todos, sem exceção, com personalidade própria, buscaram fazer deste CRC SP não só o maior, mas o melhor. O profissional só consegue crescer se participar com vigor e vontade de todas as áreas do conhecimento humano e disso ninguém abriu mão. Essa é uma receita de sucesso.

Foi assim, consolidamos ações resultando em maior participação dos mais variados segmentos da profissão. Aperfeiçoamos ferramentas para facilitar o trabalho dos Contabilistas, com pacotes de serviços virtuais. As eleições *online* foram uma iniciativa pioneira, moderna e vitoriosa da classe contábil paulista.

Passa veloz o tempo.

Ficam, consolidadas, as idéias transmudadas em ações e aperfeiçoados os talentos alavancadores dos acontecimentos.

LUIZ CARLOS VAINI
Presidente do CRC SP



PS. O texto foi substancialmente estruturado pelo Castanho, Isao, Marlene, Ivanira e Rosa (da DEX) e Graça (da Comunicação), por mim revisado e complementado. Foi uma forma de homenagear simbolicamente a nossa equipe do CRC SP, por eles representada. O conteúdo, espero, reflita o pensamento de nossos colaboradores, pois todos, sem exceção, do mais graduado até o mais modesto, colaboraram para o sucesso desta gestão. Meus mais sinceros agradecimentos.

LUIZ CARLOS VAINI
PRESIDENTE GESTÃO 2004-2005

CONSELHO DIRETOR

Presidente Luiz Carlos Vaini
Vice-Presidente de Administração e Finanças Luiz Antonio Balamint
Vice-Presidente de Fiscalização Sergio Prado de Mello
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional Domingos Orestes Chiomento
Vice-Presidente de Registro Homero Rutkowski

Câmara de Controle Interno
Coordenador Osvaldo Monéa
Vice-Coodenador Carlos Augusto Nogueira
Membro Cláudio Aníbal Cleto
Suplentes Jair Gomes de Araújo, Antonio Neves da Silva, Wanderley Aparecido Justi

I Câmara de Fiscalização
Coordenador Vinício Martins Presti
Vice-Coodenador Valdir Campos Costa
Membros Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi, Gildo Freire de Araújo, Marcelo Roberto Monello

II Câmara de Fiscalização
Coordenador Luiz Fernando Nóbrega
Vice-Coodenador Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Membros Niveson da Costa Garcia, Edevaldo Pereira de Souza, Arnaldo Longhi Colonna

III Câmara de Fiscalização
Coordenador Júlio Linuesa Perez
Vice-Coodenador Raul Antonio Correa da Silva
Membros Antonio Neves da Silva, Marcos Brunhara, Wanderley Antonio Laporta

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Coordenador José Joaquim Boarin
Vice-Coodenador José Aparecido Maion
Membros José Homero Adabo, Clóvis Ioshike Beppu

Câmara de Registro
Coordenador José Aref Sabbagh Esteves
Vice-Coodenador Jair Gomes de Araújo
Membro Wanderley Aparecido Justi

Conselheiros Suplentes
Almir da Silva Mota, Ana Maria Costa, Ana Maria Galloro, Antonio Gonzales Antonio Sofia, Ani Milton Campanhã, Cloriovaldo Garcia Baptista, Daisy Christine Hette Eastwood, Elza Nice Ribeiro Moreira, Eudes Emiliano Maretti Fernandes, Francisco Montoia Rocha, Gilberto Benedito Godoy, Luis Augusto de Godoy, Luiz Bertasi Filho, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Marcos Castilho Alexandre, Misawo Usaba, Nelson Beutel, Paulo Raimundo Ribeiro dos Santos, Reinaldo Guerreiro Ronaldo Raymundo Saunier Martins, Sandra Regina Nogueira Pizzo Sabathe Sérgio Paula Antunes, Sylvio Murilo Prata Provazi, Teresinha da Silva, Valdimir Batista

Boletim CRC SP

Diretor: Luiz Carlos Vaini
Coordenador: Luiz Antonio Balamint
Comissão editorial: Vinício Martins Presti, Antonio Neves da Silva, Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, José Homero Adabo, José Joaquim Boarin e Luis Carlos Marin Giusti
Comissão editorial para trabalhos de pesquisa científica: Antonio Luiz Sarno, Charles Barnsley Holland, Eliseu Martins, Guy Almeida Andrade, Manoel Luiz, Luciano Vieira, Reinaldo Guerreiro, Sergio Approbato Machado e Sérgio de Ludícibus
Jornalista responsável: Regina Dell'Aringa (MTb. 15.839)
Revisão: Regina Dell'Aringa
Jornalista: Graça Ferrari
Assistente: Nerisvaldo José dos Santos
Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo

Projeto gráfico: OlhodeBoi Comunicações
Periodicidade: Trimestral
Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica
Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis
01230-909 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3824-5400, 3824-5433 (Teleatendimento)
Fax: (11) 3662-0035
e-mail: crcsp@crcsp.org.br / web: www.crcsp.org.br

"Eleições online 2005: mais uma vez, o CRC SP merece os Parabéns por iniciativa tão inovadora, que facilitou a vida de todos nós!".

CLODOALDO SANTOS SILVA

"Gostaria de parabenizar o CRC de São Paulo por ter, pela primeira vez, permitido a todos os contabilistas de nosso estado exercer seu direito e dever de voto, via internet, um veículo, sem dúvida, espetacular; que nos permitiu votar com rapidez, sem precisar perder tempo, sem precisar sair do escritório. Iniciativa mais do que APROVADA!".

URANDIR GONÇALVES PELOSO

"Só para ficar registrado: não gastei mais de um minuto para votar nas eleições do CRC SP, o que me deixou tremendamente satisfeito, pois, dessa maneira, pude exercer minha obrigação para com minha classe, sem perder tempo. Excelente!".

ANTÔNIO VEIGA MACHADO

"Cada dia, mais e mais, o Boletim CRC SP chega com mais e mais qualidade e conteúdo. Isso é muito bom: valoriza nossa profissão, enobrece-nos como profissionais".

CLOTILDE DANTAS NUNES
NOGUEIRA

"O CRC Virtual é uma ferramenta indispensável ao meu trabalho. Não consigo mais começar um dia de trabalho sem antes ler o CRC Virtual".

CLÁUDIO FONSECA

A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO

Durante os últimos trinta anos, predominou um mito de que, fora das áreas de vendas e manufatura, não seria possível mensurar desempenho das pessoas de forma quantitativa.

Entretanto, com o advento dos programas de qualidade, como, por exemplo, a ISO 9000, SEIS SIGMA etc, tornou-se evidente que, não só podemos como devemos, mensurar os processos das funções de liderança ("staff"), como dos outros processos, ou funções, que existem nas organizações e mais importante ainda, mensurar e melhorar as práticas dos profissionais de maior *status* dentro das organizações.

Havia uma idéia de que a única coisa que não poderia ser medida, em negócios, seria "um conceito." Porém, segundo Jac Fitz-Enz (autor, palestrante, consultor de renome internacional e fundador da Saratoga

Institute - EUA), cada pessoa, cada parte de um trabalho ou uma atitude humana pode ser medida ou valorizada. A chave para a mensuração de um desempenho é tornar o alvo visível. Uma maneira comprovada por Jac Fitz-Enz de se fazer isso em áreas consideradas de "staff", tais como finanças, recursos humanos e serviços de informação, seria por intermédio da aplicação de um processo de gestão de ativos.

Ativos incluem pessoas, capital, fábrica, equipamento e material.

O modelo de gestão de ativos é um processo (método) pelo qual se pode entender melhor as maneiras às quais iremos atribuir valor dentro de uma organização, inclusive para pessoas. O que podemos definir, a partir daqui, como capital humano.

Uma forma de se entender melhor este conceito, é verificar a evolução destas idéias na figura abaixo:

HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO CAPITAL HUMANO

As primeiras análises sobre o Capital Humano foram efetivadas, através dos estudos de Leif Edvinsson e Michael S. Malone, nas palavras extraídas de seu livro *Capital Intelectual-Descobrimo o valor real de sua Empresa pela Identificação de seus Valores Internos*, 1998, Editora Makron Books, cap. I, pág. 2: "...Realmente, a nova fonte de riqueza não é de natureza material, mas consiste de informação, de conhecimento aplicado ao trabalho para criar valor...". Consta ainda no mesmo livro de Leif Edvinsson e Michael S. Malone (1998: cap. I –pág. 15):

"o verdadeiro avanço na pesquisa sobre o Capital Intelectual ocorreu em maio de 1995, quando a Skandia, a maior companhia de seguros e de serviços financeiros na Escandinávia, após muitos anos de trabalho interno pioneiro, emitiu o primeiro relatório anual público sobre Capital Intelectual, apresentado como suplemento ao relatório financeiro".

A Skandia havia investigado o Capital Intelectual durante quatro anos sob a liderança de Leif Edvinsson, co-autor do livro em citação acima. Edvinsson, sendo o primeiro executivo no mundo a ocupar cargo de diretor corporativo de Capital Intelectual, foi também o organizador de um grupo pioneiro que havia se reunido em Mill Valley, para discutir sobre capital humano. A partir de 1991, Edvinsson e uma equipe de especialistas contábeis e financeiros começaram a desenvolver; para a divisão de seguros e serviços financeiros da Skandia, a Skandia AFS, em processo de rápido crescimento, a primeira estrutura organizacional a ser criada – uma nova "taxonomia contábil", conforme foi denominada – para apresentar o Capital Humano, o Intelectual e os outros componentes do Capital intelectual.

FIGURA 1:

MODELO DE GESTÃO DE ATIVOS



Fonte: Saratoga Institute.

A teoria do Capital Humano surgiu em virtude da preocupação cada vez maior com os problemas de crescimento econômico e melhor distribuição de renda. De um lado, a melhoria do nível de especialização dos trabalhadores, o aumento das habilitações (adquiridas por treinamento) muitas vezes de proporções crescentes da população; de outro, a alteração da distribuição de capital humano parece ser o método preferido politicamente para a eliminação, tanto da pobreza quanto dos grandes diferenciais de renda entre diferentes classes sociais.

O Capital Humano está, nos dias de hoje, definitivamente incorporado ao dia-a-dia das empresas, pelo fato de permitir que as pessoas se desenvolvam, possibilitando que as empresas consigam agregar valor aos seus produtos e serviços.

Para isso, é necessário que as pessoas se preparem para mudanças atualizando-se, especializando-se e inovando, pois hoje o mais importante é o que conhecemos como empregabilidade e não mais a estabilidade no emprego.

Empregabilidade é você estar estável a mudanças, aceitar novas tecnologias, estar sempre se inovando.

Atualmente, estamos vivendo profundas mudanças, desde os meios de comunicação como computadores, satélite, novas tecnologias, máquinas inovadoras. Isso nos trouxe alterações no dia-a-dia, fez com que as pessoas mudassem de hábitos, dentre outros, nos seus relacionamentos, nas atividades físicas, refletindo no mercado de trabalho na forma de aumento de exigências.

As empresas não estão preocupadas em simplesmente dizer “*temos 20 (vinte) anos no mercado, por isso fazemos melhor*”, mas, sim, em evoluir no que diz respeito à informatização, tecnologias e facilidades para o conforto de seus clientes, pois não adianta a empresa ser a mais antiga no mercado e não ter evoluído com a informatização, aperfeiçoamento dos seus funcionários, satisfação dos clientes, pois a concorrência está cada vez mais acirrada.

As empresas precisam satisfazer seus clientes, pois é ele quem dirá se a empresa é, ou não, a melhor do mercado. A empresa precisa fazer tudo da melhor maneira desde a limpeza até a eficiência em prestar

seus serviços. E um dos caminhos para a mesma ter sucesso em um ambiente como o que foi descrito é investir no chamado Capital Humano (Capital Intelectual). Então, o capital humano está relacionado com o ativo intangível.

Para que possamos compreender melhor o que é Capital Humano, cabe fazer um breve esclarecimento sobre Ativo Intangível.

Autores consagrados da Ciência Contábil Brasileira como, por exemplo, José Carlos Marion, mostram que Ativo intangível ou Incorpóreo ou Ativo Invisível são bens nos quais não se pode tocar ou pegar; entre eles marcas, patentes, lideranças tecnológicas, lealdade de clientes e tecnologia das informações, *softwares* etc.

“ As empresas precisam satisfazer seus clientes, pois é ele quem dirá se a empresa é, ou não, a melhor do mercado. ”

Assim, podemos entender que Capital Humano também é um Ativo Intangível e, desta forma, classificá-lo em três elementos distintos:

ELEMENTOS DO CAPITAL HUMANO

- **Estrutura interna** - pode ser compreendida como cultura e espírito organizacional, sendo que os funcionários se comportam de acordo com cada ambiente de trabalho, que se define em seus modelos de sistemas de administração, os quais vêm a ser o modo como a empresa funciona, se define em suas patentes, *softwares* para computadores etc;
- **Estrutura externa** - que se define como relações externas com clientes e fornecedores, ou seja, a relação entre atender, suporte técnico, manutenção, marcas registradas, as quais representam a reputação ou imagem da empresa, isto é, seu valor é medido basicamente pelo grau de satisfação com que a empresa soluciona os problemas de seus clientes;
- **Competência humana** - é a capacidade das pessoas em agir e criar situações, que ajudem a desenvolver Ativos Intangíveis como, por exemplo, a capacidade de resolução de problemas e domínio do assunto no qual trabalha.

EXEMPLOS QUE JUSTIFICAM A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE CAPITAL HUMANO

Estrutura interna

Uma Universidade tem como papel principal a transmissão do conhecimento aos alunos (ou clientes), que frequentam seus cursos. Contudo, se levarmos em consideração o conceito de Estrutura Interna, podemos supor que o papel da Universidade não se limita apenas à transmissão dos conteúdos programáticos e, sim, é, principalmente, responsável pelo desenvolvimento daqueles alunos. A filosofia, o espírito da Universidade é exatamente este: aprimorar as pessoas, desenvolvê-las, afinal a aquisição de educação é um elemento que proporcionará ganhos

futuros, agregando valor ao produto final da Universidade, que é a competência dos seus alunos.

Estrutura externa

Temos como exemplo a empresa Microsoft, que, em 1995, negociou suas ações por um preço médio de US\$ 70, sendo que seu valor contábil era de US\$ 7, ou seja, dez vezes mais do que seu valor registrado em seus ativos.

1º) O que isso significa?

=>Significa que a Microsoft **acreditava que valia isso**. Sendo assim, podia pedir mais, uma vez que o valor agregado pela empresa não estava no seu maquinário, equipamentos e outros utensílios (imobilizados em geral) utilizados no preparo de seu produto ou serviço, pois estes sofrem depreciações. Logo, com o passar do tempo, os equipamentos não têm praticamente custo algum e, sim, a **inteligência humana** dos seus colaboradores, que desenvolveram os produtos e serviços de altíssima qualidade. Esta, sim, (a inteligência humana) sempre será valorizada.

2º) Como uma pessoa aceita pagar dez vezes mais do que a empresa vale contabilmente?

⇒Os compradores reconhecem que, quando compram produtos ou serviços daquela empresa, estão realmente adquirindo bens ou serviços que contêm valor agregado aos mesmos.

Competência humana

Outra forma de entender melhor o conceito do Capital Humano é o interesse que as pessoas, sejam elas simples colaboradores ou competentes gerentes, têm pelo assunto. Vejamos como exemplo um escritório contábil, no qual trabalham diversos profissionais. Um certo cliente tem como honorário o valor de R\$ 600,00 por mês, e o mesmo vive a reclamar que os serviços prestados não suprem suas expectativas.

Depois de tantas reclamações, o responsável pela satisfação do cliente, aproveitando o início do ano para tentar solucionar

o problema, altera a maneira de trabalho ou, melhor dizendo, muda o colaborador responsável pelo atendimento daquela empresa, confiando o serviço a um outro colaborador qualificado e preparado para tal desafio. Chama o cliente para a implantação do novo método de trabalho, com o novo responsável pela Contabilidade da empresa e, após tudo combinado, faz-se o teste.

A opinião do cliente muda. Acha que seus problemas estão sendo solucionados e suas expectativas estão sendo atendidas ou, até mesmo, superadas. Com isso, o escritório consegue convencer o cliente de que seu honorário deve ser reajustado de R\$ 600,00 para R\$ 1.500,00, isto é, um aumento de cento e cinquenta por cento.

Para o funcionário, isso é ótimo, pois ele se sentirá eficiente e, após 12 meses, na época de seu dissídio, poderá pedir um aumento salarial, alegando que, antes dele fazer a Contabilidade da empresa X, a mesma pagava apenas R\$ 600,00 e, após assumir tal função, o escritório começou a receber honorários no valor de R\$ 1.500,00, o que significa dizer que o escritório ganhou, no período, o valor de R\$ 10.800,00 (12 x R\$ 900,00), sendo esse excedente possível, em virtude da sua competência na prestação de serviços. Percebe-se, então, que o valor agregado ao serviço configura **Capital Humano**.

“

**Empregabilidade é
você estar estável
a mudanças, aceitar
novas tecnologias,
estar sempre se
inovando.**

”

Como foi demonstrado acima, fica claro que o Capital Humano está presente em todas as atividades, dentro e fora da empresa.

Não conseguiremos tornar qualquer empresa mais competitiva apenas modificando o quadro de colaboradores. Precisamos, sim, melhorar a qualidade, produtividade e serviços, tanto em processos rotineiros quanto em práticas profissionais individuais.

É importante saber qual o valor agregado aos seus produtos ou serviços, provenientes dos elementos associados ao CAPITAL HUMANO, pois este pode ser aplicado a qualquer área.

Não só é possível acompanhar e avaliar atividades de “staff”, como seria necessário.

Para uma empresa continuar competindo no mercado de produtos e serviços, seus colaboradores precisam se tornar **gestores de ativos**, pois assim poderão realmente agregar valores a eles. Sem as medidas quantitativas do que precisamos fazer para melhorar a qualidade dos nossos produtos e serviços, não conseguiremos saber o quê estamos fazendo ou precisamos fazer.

CONCLUSÃO

Entendemos que o Capital Humano está presente no dia-a-dia das empresas, percebido, principalmente, nas ações das pessoas envolvidas nos processos e na cultura organizacional.

Consideramos que a Era em que vivemos, poderia muito bem ser chamada de “**Era do Capital Humano**”, pois fica cada vez mais clara a importância das pessoas nas empresas e, por extensão, o papel das mesmas na construção de uma sociedade melhor.

Luciana Cobra Guimarães – bacharel em Ciências Contábeis e consultora de Contabilidade Tributária.

Robernei Aparecido Lima – bacharel em Ciências Contábeis com pós-graduação em Administração Financeira e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da UNIVAP.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS: UM DILEMA PARA O CONTRIBUINTE

A discussão em torno do aumento da carga tributária apresentada pela Medida Provisória 232 demonstra que a sociedade está reagindo de forma consistente, organizada, e, também, que já não serão aceitas, passivamente, atitudes arbitrárias.

Entretanto, esse levante social deveria ser mais amplo. O contribuinte de boa-fé, há muito tempo, tem sofrido com normas que fazem do seu dia-a-dia um mar de espinhos. E esse sofrimento, na maioria das vezes, é silencioso.

“

O contribuinte de boa-fé, há muito tempo, tem sofrido com normas que fazem do seu dia-a-dia um mar de espinhos.

”

A quantas anda a reforma tributária? Quando vamos ter a unificação da legislação do ICMS?

O contribuinte necessita, urgentemente, de uma padronização e simplificação nos procedimentos com documentação fiscal. Parece que quem escreve o texto das nor-

mas não está familiarizado com a realidade das empresas. Existem muitas normas “de gabinete”, com pouca aplicabilidade.

Um exemplo? Erros em nota fiscal. É claro que a nota fiscal deve ser emitida de forma correta. Mas, quem nunca recebeu uma nota fiscal errada? Quem nunca emitiu uma nota fiscal errada?

No caso de valor destacado a menor; no Regulamento do ICMS de São Paulo há previsão de emissão de nota fiscal complementar. No Regulamento do IPI, a norma é semelhante.

E se o valor estiver a maior? E se o erro for o preenchimento incorreto de algum campo, o que fazer? Não há previsão nos Regulamentos, mas há proibição de aproveitamento do crédito de impostos destacados nos documentos fiscais antes de sanadas as incorreções. E como fazer?

Há respostas a consultas sugerindo soluções. Entretanto, “a resposta aproveitará exclusivamente ao consultente”. Isso quer dizer que cada contribuinte tem de fazer a sua consulta para saber o que fazer? E quando a operação envolve contribuintes de estados diferentes? Há estado que determina a “troca” de nota fiscal. E como fica o contribuinte paulista?

Outra dor de cabeça: o Ajuste SINIEF 01/04 proibiu os usuários de sistema eletrônico de processamento de dados de emitir a nota fiscal de entrada para lançamento englobado dos serviços de transporte tomados no mês. Qual o objetivo dessa proibição? Prestar a informação de forma detalhada no “Registro Tipo 70” dos arquivos magnéticos conhecidos por “SINTEGRA”.

Esse “detalhe” aumentou, de forma considerável, o trabalho dos contribuintes e dos escritórios de contabilidade, que deverão escriturar um a um os conhecimentos de transporte recebidos por seus clientes.

Essas duas situações não costumam incomodar a alta direção das empresas,

porque não refletem prejuízos por si só. O custo operacional não é expresso em reais, mas deveria ser.

Quanto custa solucionar um erro em uma nota fiscal? À primeira vista, nada. Porém, há casos que se estendem por dias: há despesas com telefone, o tempo de trabalho de funcionários envolvidos, a negociação que acaba envolvendo vários setores das empresas (Compras, Vendas, Fiscal, Contabilidade e Financeiro) e, muitas vezes, a solução encontrada não tem respaldo legal. E, em caso de fiscalização, o contribuinte ainda poderá ser autuado.

Quanto custa ter de fazer o lançamento de uns 100 conhecimentos de transporte em vez de lançar 3 ou 4 notas fiscais de entrada (considerado o trabalho de emissão)? Se não houver um aumento no número de funcionários, haverá uma sobrecarga na equipe – e, com isso, lá se vai a qualidade de vida do profissional.

Quem passa por essas situações são os profissionais da parte operacional, que poderiam dedicar mais tempo ao estudo da legislação, ao aprimoramento técnico e às análises tão necessárias à atividade contábil.

É preciso acabar com esse excesso de trabalho criado por normas, que estão fora da realidade empresarial. Se a fiscalização deseja ter uma melhor qualidade de informação, que apresente, por sua vez, uma legislação, também, de qualidade - e que possibilite ao contribuinte desenvolver sua atividade de forma eficiente e sem custo excessivo.

Dulcinéia Lopes dos Santos – consultora e instrutora em treinamento de formação profissional; técnica em Contabilidade, bacharel em Ciências Econômicas com pós-graduação em Análise de Sistemas, Controladoria e Auditoria e Direito Empresarial.

A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

CURRÍCULO

De acordo com Sacristán apud Grungy (2000, p. 14), "o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas".

Sob uma outra percepção, Pedra apud Stenhouse (2000, p. 31) cita: "Currículo é um intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta educativa de tal forma que fique aberta ao exame crítico e possa ser traduzida efetivamente para a prática".

Com base nestes conceitos, o currículo descreve a concretização das funções da escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional.

O CURRÍCULO NA PRÁTICA

Mesmo com o livre arbítrio na elaboração dos currículos, muitas instituições possuem dificuldade em atualizar o currículo de Ciências Contábeis a fim de adaptá-lo à realidade econômica.

O processo de desenvolvimento do currículo pode ser estruturado em 6 passos de acordo com Sacristán (2000, p. 105):

- **currículo prescrito:** o currículo deve ter alguma orientação do que deve ser seu conteúdo em relação à escolaridade obrigatória. Constituem aspectos que atuam como referência na ordenação do sistema curricular. Pode sofrer intervenções de acordo com a história de cada sistema e a política em cada momento;
- **currículo apresentado aos professores:** muitas vezes, o nível de formação dos professores e as condições de trabalho podem dificultar a tarefa de configurar a

prática do currículo a partir do currículo prescrito. Para isso, neste passo, o papel de grande importância é a definição dos livros-texto, por exemplo;

- **currículo modelado pelos professores:** os professores constituem-se em agentes ativos muito importantes na concretização dos currículos. A prática do currículo dependerá da cultura profissional que influenciará nos materiais, guias, livros-texto, etc exigidos. Independentemente do papel do professor, o plano, neste passo, é a programação dos currículos pelos professores, atuando em grupo ou individualmente;
- **currículo em ação:** neste passo, o currículo se transforma em método, se dá sentido

real à qualidade do ensino. A prática ultrapassa os propósitos do currículo, devido ao complexo tráfico de influências e às interações, que são produzidas;

- **currículo realizado:** as conseqüências do currículo se refletem em aprendizagem dos alunos, mas também afetam os professores, na forma de socialização profissional, projetando-se no ambiente social, familiar etc;
- **currículo avaliado:** por meio do currículo avaliado impõem-se critérios para o ensino do professor e para a aprendizagem do aluno, ou seja, reforça um significado definido do que na prática realmente é.

Com os níveis de formação do currículo esclarecidos, pode-se comprovar que são muitos os fatores e variáveis a serem considerados. Assim sendo, a visão integral do processo de transformação e concretização curricular é dificultada, principalmente, quando pouca atenção é gasta.

SELEÇÃO CULTURAL DO CURRÍCULO

Atualmente, exige-se dos currículos modernos que, além das áreas clássicas do conhecimento, dêem noções de higiene pessoal, de educação para o trânsito, de educação sexual, educação para o consumo, que fomentem determinados hábitos sociais, que previnam contra as drogas, que se abram aos novos meios de comunicação, que respondam às necessidades de uma cultura juvenil com problemas de integração no mundo adulto, que atendam aos novos saberes científicos e técnicos, que acolham o conjunto das ciências sociais, ou seja, que recuperem a dimensão estética da cultura.

Para os profissionais de contabilidade estão sendo exigidas novas características e, com elas, surge a necessidade de adaptação dos currículos à realidade de mercado. Aquele contador, que apenas registrava as



...o currículo descreve a concretização das funções da escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado...



“ “
Aquele contador, que apenas registrava as informações e não participava das atividades decisórias da empresa, está perdendo o mercado. ” ”

informações e não participava das atividades decisórias da empresa, está perdendo o mercado. Segundo Cornachione Jr., as características atuais exigidas são:

- conhecimento do negócio;
- capacidade terminológica, conceitual, metodológica e analítica;
- proficiência/potencialidade em tecnologia da informação;
- cultura e produtividade em equipe;
- competência em comunicação; e
- aptidão para pesquisa de novas tecnologias.

Nota-se, com estes pontos abordados, que a necessidade pela busca de adaptação ao mercado profissional tem se revelado de grande importância no ensino superior contábil, pois é a partir da formação acadêmica que serão formados novos profissionais com melhores habilidades profissionais e de conhecimento.

CONCLUSÃO

A busca do mercado por profissionais cada vez mais qualificados ocorre em grande escala nos dias atuais. Portanto, torna-se mais claro o pensamento, não somente da necessidade de aprimorar o currículo de Ciências Contábeis para a adaptação à realidade e formação de melhores profissionais, mas também do desenvolvimento de melhores técnicas para a aplicação das disciplinas contempladas, pois exercem fundamental importância na formação do profissional contábil, como também na aquisição dos hábitos intelectuais e técnicas de trabalho.

*Samantha Meloni - bacharel em Ciências Contábeis pela USP
 Ribeirão Preto e mestranda em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Fecap.*

O que toda empresa espera de seu Contador?



Agilidade, conhecimento e precisão não bastam.

É necessário também:

- amplo intercâmbio de dados com seu cliente;
- uma única entrada de dados que abasteça toda rede de informações dos departamentos contábil, fiscal, pessoal, financeiro e obrigações acessórias;
- geração de relatórios gerenciais e de tributos pela Internet;
- relatórios gerenciais por unidade de negócio em diversas moedas;
- gestão completa da atividade contábil.

O Contador deve ser sempre o **gestor de informação** de seus clientes e o principal suporte para a tomada de decisões em uma empresa.

A Asplan, especializada em software de gestão contábil, elabora sistemas individualizados, adequados para cada cliente. É uma software house de contadores para contadores. **Fale com a Asplan Sistemas.**



Asplan Sistemas // Tel.: (11) 5081.9800 // www.asplan.com.br

Soluções Inteligentes na Gestão de Informação

CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O debate sobre responsabilidade social das organizações, públicas ou privadas, é atual e de longo alcance.

As agressões à natureza provocam mudanças climáticas que causam danos irreparáveis para o nosso planeta. O esgotamento dos recursos naturais e fontes energéticas coloca em risco a sustentabilidade da vida. Parcela considerável de nossa população enfrenta fome, doença, desemprego, não tem acesso à educação e à cultura, vive em condições precárias sem qualidade de vida. Uma condição de vida dura, de solução complexa e que só poderá ser amenizada, se houver uma conscientização e ampla mobilização da sociedade por intermédio das organizações, além do poder público. Vivemos no mundo das organizações, conforme MOTTA; PEREIRA (1986:16):

“É, portanto, lícito afirmar que a sociedade moderna se caracteriza pelas organizações. Entre as características que tornam única a época em que vivemos, o grande número de organizações, a predominância desse tipo de sistema social em relação aos demais é uma das mais significativas”.

Assim, estas organizações estão presentes em todos os setores da vida do homem que, muitas vezes, faz uso das mesmas diariamente sem dar conta de sua existência.

Para que estas organizações cumpram o seu papel neste contexto de transformação da realidade, além da geração de riqueza, devem primar pela responsabilidade social.

MELO NETO; FROES (2001:78) escrevem que *“esta prática trata-se de sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce”.*

Portanto, as organizações empresariais assumem uma importância vital. Possuem o capital, a extraordinária capacidade de gestão dos recursos disponíveis e um capital humano de excelente qualidade,

condição ímpar para todo processo de transformação social.

Na visão tradicional destas organizações, a sua responsabilidade é comprometida com a busca da maximização dos lucros e minimização dos custos e, portanto, toda decisão administrativa está distante das questões sociais e políticas que afetam o ambiente dos negócios.

Essa posição é originária de um ambiente estável e previsível, que considerava que o que é bom para a empresa é bom para a sociedade. Assim, foi fortalecida toda a sustentação destas organizações nos aspectos econômico-financeiros.

A partir da década de 70, esta organização passou a assumir um papel com ênfase nas questões sócio-políticas; passou a valorizar a cultura, ecologia, qualidade de vida, relacionamento humano, realização pessoal e potencialização do homem. Esse enfoque foi denominado “Conscientização Social”, que é o grau de eficácia e eficiência que uma organização apresenta ao se apropriar de suas responsabilidades sociais. Atualmente, adota-se o conceito de “empresa-cidadã” ou cidadania corporativa, em que seus objetivos não se restringem à maximização do lucro, sem outras considerações de natureza social e ética.

Na visão tradicional, a responsabilidade social das empresas possui os seguintes parâmetros: não cabe a elas resolver problemas sociais e a única responsabilidade que cabe a uma empresa é em relação a seus acionistas. A outra visão é bem mais abrangente.

MAXIMIANO (2000:440) escreve que

“o princípio da responsabilidade social baseia-se na premissa de que as organizações são instituições sociais, que existem com autorização da sociedade, utilizam os recursos da sociedade e afetam a qualidade de vida da sociedade”.

Portanto, a responsabilidade social é um componente do mundo dos negócios e das organizações que se traduz na responsabi-

“
As organizações empresariais são líderes naturais na sociedade pela capacidade de geração de riquezas e a presença dos contabilistas nessas organizações já exerce a sua responsabilidade social na comunidade...”

lidade de ajudar a manter e desenvolver o bem-estar geral da sociedade, compromissos com a vida humana.

Com base em 15 códigos internacionais e no levantamento da opinião de empresários e executivos, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, lançou em abril de 2001, um código com as melhores práticas de gestão empresarial. Como linhas mestras estão a transparência e a prestação de contas. Um dos objetivos da pesquisa foi ajudar as organizações empresariais a pautar seu comportamento pela ética e transparência.

A contabilidade, assim, assume um papel de destaque, porque passa a ser preciso uma contabilidade com relatórios com riqueza de informações sobre geração de valor às organizações e acionistas. Uma das vias para comprovação da sua prática de responsabilidade social com ética e transparência é por meio destes relatórios contábeis, nos quais é evidenciado o controle e publicidade de suas contas e ações no campo social.

A ciência contábil acompanhando a evolução da sociedade e o mundo dos negócios, primando pela ética e verdade na apuração e divulgação dos resultados, contribui para o fortalecimento do estado de direito e cidadania de uma sociedade.

Contribui TREVISAN (2000:20), quando escreve:

“Não existe melhor instrumento para divulgar o que uma empresa vem fazendo em prol da comunidade do que o balanço social. Por meio dele, fornecedores, investidores e consumidores têm uma radiografia de como a empresa encara suas responsabilidades perante o público que a prestigia, seja adquirindo seus produtos seja dividindo com ela os recursos do meio ambiente e da infra-estrutura local necessários para o seu funcionamento”.

As organizações empresariais são líderes naturais na sociedade pela capacidade

de geração de riquezas e a presença dos contabilistas nessas organizações já exerce a sua responsabilidade social na comunidade na devida apuração e divulgação das contas. Podem contribuir com seu conhecimento de áreas especializadas de tributação e legislação societária na organização da sociedade civil como cidadão, voluntário e como membro atuante na comunidade local. Para o contabilista é a observação e prática da responsabilidade social em sua vida profissional.

Antonio Carlos Gomes Junior - contador e professor de Contabilidade na Academia da Força Aérea - AFA, mestre em Administração pela UNISAL e pesquisador das organizações do Terceiro Setor.

dp comp SYSTEMS Sua empresa vai bem quando tudo se encaixa.

Integração total para quem precisa de eficiência e agilidade.

- contabilidade
- fiscal
- folha
- impostos
- call center
- suprimentos
- estoque
- faturamento
- financeiro

Evolution chegou para organizar e integrar todos departamentos de sua empresa, possibilitando um maior controle das atividades diárias do seu negócio e encaixando-se perfeitamente às suas necessidades.

Rua Sem. César Lacerda Vergueiro, 121 - 05435-060 - São Paulo - SP
 dpcomp@dpcomp.com.br - www.dpcomp.com.br

TELEVENDAS: **0800 015 55 61**

dp comp SYSTEMS

A DIFERENÇA ESTÁ NA EXECUÇÃO

De que vale um planejamento sem execução? De que vale uma idéia sem ação?

Estima-se que 80% do aprendizado aconteça fora da sala de aula, ou seja, na prática, na ação, no executar.

Na obra *Execução – a disciplina para atingir resultados*, os autores Larry Bossidy e Ram Charan, editora Campus, afirmam que o sucesso está na sua capacidade de executar de forma eficaz, não basta ter o mais belo planejamento estratégico, reflexões e pensamentos, que são importantes, se a sua capacidade de executá-los não for condizente com a realidade.



Estima-se que 80% do aprendizado aconteça fora da sala de aula, ou seja, na prática, na ação, no executar.



Hoje, existe uma grande lacuna entre os estágios **Estratégia – Planejamento – Execução** e é aí, neste ponto, que você, como profissional, não pode falhar na hora de fazer acontecer os resultados que se espera. Alguns pontos práticos sobre esse tema:

- **execução não pode ser delegada** - Delegar não significa deixar de lado. Significa acompanhar, desenvolver e analisar frequentemente se o que deve ser feito, está sendo feito. Erro comum é verificar somente depois que já foi feito e descobrir que não foi feito da maneira ou com a pessoa e ferramentas corretas. Talvez, daí, venha o estilo de gestão “Apaga Incêndio”, pois, a toda hora, é preciso refazer algo que já devia estar feito. Delegar sim, mas abandonar nunca;
- **estabeleça limites e responsabilidades claras** - Normalmente, quanto mais alto na hierarquia você está, mais você tem a visão do todo e o que é óbvio para você, pode não ser para seu colega de trabalho. Portanto, deixe claro até onde os membros de sua equipe podem ir em termos de negociação, execução, responsabilidades, orçamento, entre outros pontos. Quando possível, formalize de maneira simples, direta e objetiva o combinado, assim você diminui o risco de percepções diferentes, apesar de que elas sempre existirão. Importante: a recíproca é verdadeira. Da mesma forma que você quer ter certeza de que todos saibam até onde podem ir; é imprescindível que você também tenha claro quais são seus limites, responsabilidade e os meios para atingir os resultados pretendidos;
- **descreva ações específicas** - Antes, uma constatação pessoal: a imensa maioria dos profissionais não sabe ou não consegue detalhar no papel ações específicas para atingir um determinado objetivo. As respostas são quase sempre as mesmas como: “desejamos fidelizar nossos clientes”, “a excelência é nossa meta” e - a campeã - “as pessoas são

nosso maior patrimônio”. Você já ouviu isso antes? E quando eu pergunto: “Certo, mas como vamos fidelizar os clientes, ou como reter os talentos de sua empresa?”. Aí, começa o show de improvisação, obviedades e respostas sem nenhumnexo com a realidade. Poucos são específicos. Como você quer crescer em sua carreira, se somente tem uma vaga noção do que quer ou como chegar lá? Como ser diferente? É preciso ser específico, algo como “Irei manter e aprofundar meu estágio de Inglês na escola BrezTell, na hora BrezTell a um custo BrezTell durante BrezTell tempo”. Específico significa saber **quem, o que, onde, por que, quando** (periodicidade), **como e quanto** vai custar. Sem isso, nada feito;

- **usar os talentos certos na hora certa** - Identificados seus talentos, é preciso saber usá-los e aprimorá-los de acordo com o momento de sua vida. Velhas e boas soluções podem não ter os mesmos resultados com equipes, clientes ou fornecedores diferentes. Como diz Clemente Nóbrega “*tudo depende das circunstâncias*”. Ou você achou que iria ser fácil? E quando você não tem um determinado talento para uma certa situação? Tenha humildade e chame para trabalhar com você alguém que tenha este talento. Como já sabemos, o diferencial está na execução e você não vai deixar de realizar feitos e grandiosidades devido a vaidades ou falta de humildade, vai? Ter pessoas melhores do que você, não significa serão melhores em tudo; significa que é uma grande chance de aprender com alguém e de ensinar também. Ninguém é tão pobre que não tenha nada para dar e ninguém é tão rico que não tenha nada para receber;
- **comprometimento emocional** - Equilíbrio **razão versus emoção**. A velha briga do bem com o bem também. Stress, pressão, conflitos, ansiedade, falta de tempo e de recursos... Dificilmente as condições são

“
**Profissionais
 que sabem
 como
 executar, fazer
 acontecer
 são cobiçados
 no mercado,
 sempre
 lembrando
 que os meios
 não justificam
 os fins.**
 ”

as ideais e é nesta hora que as emoções devem estar sob controle e ser usadas a seu favor. Nada mais desmotivante do que humilhar funcionários, elevar a voz, usar do terrorismo organizacional para conseguir resultados. Até podem acontecer em curto prazo, mas, em longo prazo, você vai matar a galinha dos ovos de ouro, ou seja, vai perder os melhores membros de sua equipe, clientes e parceiros e o pior: o seu cargo e a sua carreira. Livre-se dos maus hábitos organizacionais, pois não há mais espaço para comportamentos jurássicos na era do conhecimento. Ponto;

- **cure-se do “Mal de Postergar”** - Doença terrível, em que tudo fica para o “amanhã”, que demooooorrrraaaaa para chegar; quando pensamos que o tempo tudo resolve. Resolve, sim, mas nem sempre a seu favor. Sabe a solução, aplique. Problemas ou conflitos existem para ser resolvidos, não postergados. O tempo que perdemos para inventar desculpas deve ser usado para encontrar soluções. É célebre a frase: “*se você não faz parte da solução, faz parte do problema*”. De qual lado você quer estar? A decisão é sua e de mais ninguém. O ponto principal aqui

é você ter bem claro que cada um de nós é responsável pela sua própria vida e por sua carreira. Quanto mais longa a solução do problema, maior ele se torna. Aceite a sua realidade como ela é e pondere onde e como pode mudar. Se não tem solução, solucionado está, desde que você se sinta confortável com a situação.

Profissionais que sabem como executar, fazer acontecer são cobiçados no mercado, sempre lembrando, que *os meios não justificam os fins*. Sendo assim, vale ressaltar que executar é fazer com ética, respeito mútuo e integridade, sempre visando uma relação ganha-ganha. Assim, todo mundo agradece.

Paulo Araújo - bacharel em Administração de Empresas com pós-graduação em Marketing e em Gestão pela Qualidade e Produtividade; palestrante e escritor.

O QUE VOCÊ DESEJA PARA 2005?
SUCESSO? PROSPERIDADE? TRANQUILIDADE?
 Então comece 2005 trocando seus sistemas contábeis para um dos melhores softwares do Brasil
SOLUÇÃO CONTÁBIL INTEGRADA ALTERDATA
 Depoimento, Personalidade, Escrita Fiscal, Ativos Imobilizáveis, Lalan e outros...



ALTERDATA
 TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

Desenvolvido em Windows

TELEVENDAS:
 0800-704-1418

www.alterdata.com.br

AL - Manaus • AP - Manaus • BA - Salvador, Vitória da Conquista • CE - Fortaleza • DF - Brasília • ES - Cachoeira de Itapemirim, Vitória • GO - Goiânia • MA - São Luís • MT - Belo Horizonte, João de Deus, Uberlândia, Varginha • MS - Campo Grande • PA - Belém • PB - João Pessoa • PE - Pernambuco, Recife • PI - Teresina • RJ - Angra dos Reis, Araruama, Campos, Maricá, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Nova Guatuzba, Paracambi, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Volta Redonda • RR - Roraima • SC - Florianópolis, Joinville • SP - Ribeirão Preto, São Paulo, Sorocaba

AS ANÁLISES DE CICLO DE VIDA, O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E AS OPORTUNIDADES PARA AUMENTAR A APLICAÇÃO DAS CONTABILIDADES DE CUSTOS E AMBIENTAL

É uma típica sexta-feira nublada em São Paulo.

Regina entra rapidamente no estacionamento de um *shopping center*, quase atropelando a cancela.

São cerca de 3 horas da tarde e ela precisa resolver um problema na agência bancária.

Tempo ela tem mais do que suficiente, mas está muito brava, furiosa com seu noivo, que acabara de lhe dar uma notícia no celular.

Resolveu a situação com a moça do atendimento da agência, que deu um comprovante em papel reciclado. Ao sair, a moça ainda teve a ousadia de oferecer um financiamento para instalar um aquecedor solar. Regina educadamente falou que ia pensar a respeito, pegou o catálogo, mas mal ouviu. Saiu um pouco mais tranqüila da agência, porém, no caminho até o carro, um problema: tinha que “enfrentar” um tentador corredor de lojas. Havia prometido a si mesma, no domingo, que não iria comprar nada naquela semana. Para isso, respirou fundo, e começou a andar com a cabeça sempre para frente, sem olhar à direita ou à esquerda. Por alguns metros, o seu plano foi seguido a risca. Mas, um barulho desviou sua atenção para uma loja de roupas, o que foi suficiente para fitar os olhos em uma blusa na vitrine. Dez segundos depois, estava conversando com a vendedora, que logo passou a oferecer outras roupas igualmente lindas! Nem precisa dizer que não foi apenas com aquela blusinha que Regina saiu daquela loja, três horas depois.

Após pagar o estacionamento, deu uma passadinha no banheiro. Ao enxugar as mãos, ao invés das tradicionais toalhas de papel, Regina encontrou um secador de mãos elétrico. A administração do *shopping*

colocou um pequeno cartaz, no qual dizia que o secador era uma opção mais ecológica. Finalmente, saiu do *shopping center* com a certeza de que, ainda naquela noite, encerraria o seu noivado.

A tarde que a furiosa personagem Regina passou em um *shopping center* não teve nada de especial. Milhares de pessoas fazem compras e consomem serviços da mesma forma, porém, para o leitor mais observador, existem na história criada para ilustrar este artigo situações que realmente estão começando a fazer parte do nosso dia-a-dia e para as quais devemos estar atentos como contabilistas.

Tradicionalmente, estamos acostumados a comprar bens e serviços decidindo unicamente pelo preço. Se eu tenho vontade de comprar uma roupa e tenho duas opções, uma mais barata e outra mais cara, é claro que eu vou comprar a mais barata. Não me interessa saber o porquê uma ser mais barata e outra mais cara. Mas eu pergunto: Você já viu alguém escolher um produto perguntando o processo de industrialização? Que matérias-primas foram utilizadas?

Provavelmente, você dirá que, sim, existem algumas pessoas que já têm essa preocupação e aceitam, inclusive, pagar mais caro por um produto rotulado como “ambientalmente correto”, “biodegradável” etc.

Mas não é a regra. No nosso imaginário, essas pessoas são rotuladas como “ambientalistas”, “naturalistas”, “eco-chatos”, ou seja, pessoas que têm um estilo, uma forma de viver e que gostam de consumir produtos diferenciados.

Nesse cenário, o mercado brasileiro nunca se preocupou em praticar o que se chama de “ações de sustentabilidade”. Qualquer coisa que cheire a aumento de

“

O conceito de sustentabilidade é um contrato com o tempo, em que o conforto de nossa geração não pode comprometer o conforto das próximas gerações.

”

custos e, conseqüentemente, aumento de preço ao consumidor é algo abominável, que não deve ser nem discutido. Alguns empresários perceberam, no entanto, que essas "pessoas especiais" são um mercado em potencial, que justifica a produção de linhas específicas de produtos, com nomes como "biodegradáveis", "orgânicos", "ecologicamente corretos" e por aí vai.

Outras ações de sustentabilidade são tomadas exclusivamente para atender a determinações de órgãos governamentais como o Ibama, Cetesb e outros, e algumas são tomadas para demonstrar aos clientes uma preocupação com responsabilidade social e meio ambiente, mas raramente fazem parte de um planejamento estratégico.

Ao mesmo tempo, principalmente na Europa (e também no Brasil), governos nacionais passaram a considerar o conceito de

sustentabilidade como questão estratégica de Estado.

O conceito de sustentabilidade é um contrato com o tempo, em que o "conforto de nossa geração não pode comprometer o conforto das próximas gerações". Em outras palavras, não é porque a Regina, em uma tarde de 2005, gostou de uma blusinha, que a sua neta terá que pagar mais caro por uma roupa em 2090, porque é difícil obter matéria-prima pelo fato do ambiente estar degradado.

Com base nesse conceito, empresas e governos nacionais passaram a solicitar aos seus prováveis fornecedores, garantias de que o produto que estão comprando é ambientalmente sustentável.

Para demonstrar que seus processos são sustentáveis, empresas de vários países criaram diversos instrumentos de análise,

o que gerou uma espécie de "guerra de conceitos". A situação ficou tão séria, que foi necessária uma padronização, trabalho realizado pela organização ISO, e que faz parte da série ISO 14000.

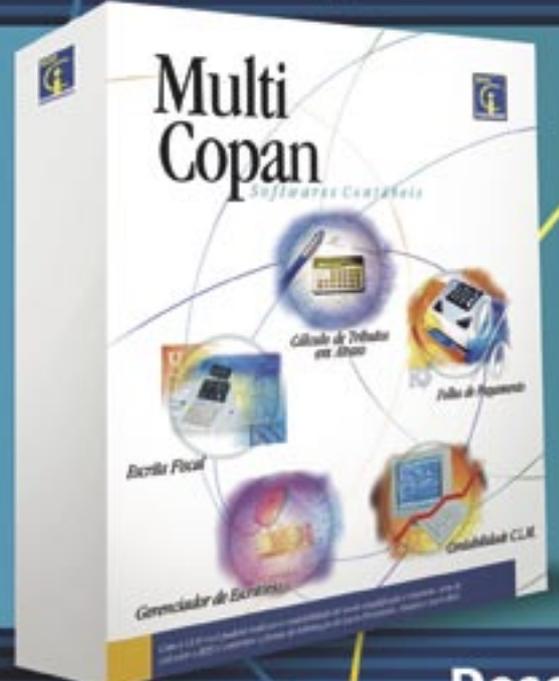
A ISO definiu as normas para efetuar a "Análise de Ciclo de Vida", estudo no qual todo o processo de elaboração de um produto desde o seu projeto até o descarte final é considerado, (análise do berço ao túmulo). É um processo complexo, que exige muitos dados, e que sai fora dos limites da empresa. A ACV é utilizada, por exemplo, para comparar entre processos diferentes, quais terão o menor impacto ao meio ambiente.

Reflexos desse tipo de análise já estão afetando o nosso dia-a-dia.

Como exemplo, quando a Regina foi ao banheiro viu que a administração do

Sua empresa pode muito mais...

Seja nosso Representante



MultiCopan

Softwares Contábeis

- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Contabilidade C.L.M.
- Cálculo de Tributos em Atraso
- Gerenciador de Escritório

0800-7702040

www.multicopan.com.br

Descubra esta ferramenta.



shopping center optou por adotar um sistema de secadores de mão. Qual processo teria o menor impacto ao meio ambiente? Toalhas de pano, toalhas de papel ou secadores de mão? Será que um sistema que utiliza um processo que consome apenas energia elétrica é melhor do que um que consome árvores e produtos químicos?

A administração do *shopping* provavelmente embasou a decisão em uma ACV, que determinou que utilizar secadores de mão é melhor.

Essa simples decisão fez o fornecedor de toalhas de mão perder um cliente e, com isso, afetou toda a cadeia de produção, indo até a fábrica de produtos químicos, de máquinas, a fazenda de reflorestamento etc.

“ Atualmente, grande parte das empresas se quer tem contabilidade de custos e, quando tem, os dados disponibilizados aos contadores são muito pobres. ”

Várias empresas que exportam, principalmente para a Europa, já têm sentido na pele reflexos desse tipo. Ou provam que seus produtos têm um nível aceitável de sustentabilidade, via ACV's, ou estarão fora do mercado.

É importante não confundir sustentabilidade com rotulagem de produtos, ou processos aplicáveis apenas a linhas de produtos específicas destinadas a grupos de consumidores “especiais”.

Trata-se de uma questão estratégica, que atinge todos os processos. A concorrência empresarial não estará mais apenas no preço; inicia-se uma nova fase, na qual processos sustentáveis também influenciarão as decisões.

OS CONTABILISTAS E A ACV'S

O meio-ambiente não é novidade para os contabilistas. Ao contrário, já temos muita literatura e criamos até um ramo específico, a “contabilidade ambiental”.

A realidade, no entanto, é que ainda não há empresas brasileiras que utilizem contabilidade ambiental.

No último Congresso Brasileiro de Contabilidade houve apresentações de trabalhos nessa área. A contadora Vanusa Oliveira D'Almeida, de Roraima, por exemplo, apresentou um trabalho muito interessante, em que pesquisou a contabilidade ambiental entre as empresas do ramo de papel e celulose.

O ramo de papel e celulose tem um envolvimento muito grande com a questão ambiental, além de ser uma indústria de base. Apesar disso, nenhuma das empresas que responderam ao questionário mantinha contabilidade ambiental, mas acreditam que “vão precisar dela no futuro”.

Ao mesmo tempo, os engenheiros estão se lançando a, hoje complicada, tarefa de elaborar ACV's. É um trabalho hercúleo, porque há absoluta falta de dados físicos e econômicos disponíveis sobre processos de produção. Não temos, como na Europa, bancos de dados de ACV's e iniciativas nessa área estão em fase embrionária no Brasil.

Só para se ter uma idéia, os bancos de

dados de ACV's europeus, como o suíço Ecoinvent, contêm uma riqueza de detalhes muito grande sobre processos produtivos de diversos itens, entre eles consumo de energia, quantidades de matérias-primas, resíduos gerados etc. Dados como esses, poderiam ajudar muito nas contabilidades de custos e ambiental.

Atualmente, grande parte das empresas se quer tem contabilidade de custos e, quando tem, os dados disponibilizados aos contadores são muito pobres. Em muitas empresas, o pessoal é avesso a medições e controles administrativos, o que obriga o contador a adotar um processo simples de registro dos custos, por profunda falta de dados, apesar de haver literatura e, em muitos casos, ferramentas para apresentar um trabalho mais analítico.

É praticamente a regra: a formação de uma boa contabilidade de custos tem uma posição desfavorável na relação custo-benefício, além de “dar muito trabalho”.

Mas de fato, as empresas brasileiras, principalmente as que exportam, estão sendo pegadas com “as calças na mão”. Para não perder vendas, os engenheiros, no curto e curtíssimo prazo, provavelmente irão adaptar dados europeus, o que não é o ideal. Nunca a frase “A necessidade é a mãe da invenção” coube tão certo a uma situação. O cenário abre uma oportunidade para uma intensa colaboração entre os contabilistas e os engenheiros.

No futuro poderemos ter:

- as empresas apresentando dados atualizados para os seus clientes elaborarem ACV's com facilidade, talvez, junto com a nota fiscal;
- relatórios de consumo e afins extraídos dos sistemas contábeis e utilizados pelo contador para contabilizar a baixa de estoque (e também para fins tributários) poderão também servir para elaborar ACV's, gestão ambiental etc;
- dados de produção, físicos e econômicos, compartilhados e armazenados de maneira adequada, sendo utilizados por várias empresas parceiras em um projeto;
- facilidade para efetuar análises de variação entre o consumo real praticado

por uma empresa e o setor; controles internos diversos, análises para decisões específicas, e criação de indicadores de ecoeficiência, melhorando a gestão interna, dando condições de competitividade da empresa no mercado.

De uma forma ou outra, soluções serão encontradas. Se serão soluções de boa ou má qualidade, dependerá de nossa atuação hoje. Uma coisa é certa: são necessários confiança, colaboração e espírito de equipe entre os contadores e os engenheiros.

Para economizar tempo e dinheiro, os trabalhos podem convergir para atender tanto os princípios de contabilidade, quanto necessidades específicas da engenharia, o que exige paciência!

Por isso, se na empresa em que trabalha ou presta serviço, engenheiros estiverem trabalhando em ACV's, participe, incentive,

“ “
Para economizar tempo e dinheiro, os trabalhos podem convergir para atender tanto os princípios de contabilidade, quanto necessidades específicas da engenharia...
 ” ”

mostre as possibilidades que podemos oferecer como contabilistas. Estejamos preparados para aproveitar essa oportunidade.

Ah! E sabe por que a Regina estava tão furiosa com o noivo dela? Ele comprou um carro de um modelo que ela não gostava sem falar com ela! O que a Regina ainda não sabe é que é um carro flex, daqueles que usam dois tipos de combustível e é mais ecológico!

Alexandre Saramelli – contador.

A Mastermaq tornou o LegisCenter mais acessível para você!

Tenha acesso ao maior Portal de Legislação do Brasil por um preço que só nós podemos oferecer.

LegisCenter

www.legiscenter.com.br

- Biblioteca Jurídica
- Resumo Trabalhista/Previdenciário
- Resumo Tributário Nacional
- Resumo Constitucional
- Resumo Ambiental
- Resumo Consumidor
- Resumo Comercial
- Resumo Comércio Exterior
- Resumo Seguros
- Resumo Finanças
- Resumo Penal
- Resumo Civil
- Resumo Minas e Energia
- Constituição Federal
- Códigos

Diferenciais que produzem benefícios para a sua empresa.

- ✓ **Maior Abrangência com cobertura de 14 ramos do direito.**
- ✓ **Facilidade de acesso às informações - conteúdo on-line sem a necessidade do acúmulo de papel.**
- ✓ **Distribuição do conteúdo de forma rápida e simultânea.**
- ✓ **Mais facilidade para ficar informado e informar seus clientes.**

Uma Parceria entre:



Para obter mais informações entre em contato:

(31) 2122-6430 BH e região
0800 786 200 Outras localidades

www.mastermaq.com.br
 vendas@mastermaq.com.br

RESPONSABILIDADE DOS CONTABILISTAS: PREVISÃO NA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

A matéria revela a realidade da adequação da Lei 11.101/2005, conhecida como a de recuperação de empresa, ao Código Civil de 2002, pois ficou mais bem delineada a responsabilidade do profissional de contabilidade pelos atos tidos como culposos e os dolosos, conforme art. 1.177 do CC2002, na preservação da atividade da empresa.

Curiosamente, o presidente que sancionou a Lei, que prevê prisão ao contador pela existência de contabilidade paralela, é o mesmo que, segundo a imprensa, mandou abafar casos de corrupção em processos de privatização. Observa-se que o Contador está sendo valorizado e privilegiado, pois, conforme art. 1.171 do CC2002, é considerada perfeita a entrega de papéis e documentos ao preposto contador. Portanto, presume-se culpabilidade e a concordância tácita do contador; motivo pelo qual uma movimentação de recursos paralela, Lei 11.101/05 art. 168, §1º, inciso 1º, como um depósito bancário não-contabilizado, deve

caracterizar a fraude contra credores e pode, quiçá, terminar na prisão do contador de três a seis anos.

A nova Lei considera crime contra credores a contabilidade paralela, a inserção de elementos inexatos, a omissão de dados, entre outros fatos, apontando e referenciando o contador; o técnico em contabilidade e o auditor; como pessoas que podem contribuir para o delito, cuja pena é de três a seis anos, podendo ser aumentada de um terço a 50%, na hipótese de conluio do profissional de contabilidade.

A alteração foi louvável e necessária para a adequação dos procedimentos da falência e da recuperação de empresas ao novo Código Civil. A responsabilidade civil do contador é objetiva e decorre da ausência da ação dolosa ou culposa; não é necessário que se caracterize a culpa do contador; causador responsável pelo dano; esta é presumível e, inclusive, os arts. 111 e 1.171 do CC2002 consideram o silêncio uma concordância tácita do profissional de contabilidade decorrente dos riscos da atividade ou invigilância, isto para efeitos de indenização. Na esfera criminal, não se aplica esta regra; a ação dolosa apurada em vara criminal, necessita de prova, que é a pericial contábil, e, por isto, a doutrina revela que o *"perito contador independente, auxilia o juízo com uma opinião imparcial sobre o objetivo e objeto da prova e demais procedimentos ou pontos controvertidos fixados na ação"*.

O Código Penal, a partir de 28.8.2001, passou a dar tratamento específico à figura do Contador:

Os crimes contra os credores são muito comuns e de fácil visualização nas demonstrações contábeis. A intenção do legislador de proteger as atividades das empresas, os credores e os investidores, pela teoria *ultra vires*, em princípio, está presente nos arts. 47 e 1.016 da Lei 10.406/02, pois o ato que extrapolar os poderes e/ou objetivos sociais passou a ser inimputável à pessoa jurídica,

devendo ser atribuído única e exclusivamente à responsabilidade e ônus do administrador. De onde, ao que parece, se pode concluir que uma eventual multa aplicada pelo Ministério do Trabalho por não registrar um empregado, não é despesa da pessoa jurídica e, sim, um direito de receber do administrador este gasto impuro em relação ao objeto social e contra as leis. A *"teoria ultra vires"* responsabiliza o contador por simulação e ato ilícito, em especial o fato de que o profissional de contabilidade responde pela culpa e pelo dolo de seus atos. Neste sentido, a teoria *ultra vires* revela e brada ao profissional da ciência contábil a nulidade, perante a sociedade empresária, dos atos praticados fora do objeto social ou fora das empresas, pois qualquer ato praticado em nome da pessoa jurídica, que extrapole o seu objeto social, é nulo para fins econômicos e financeiros da sociedade, devendo ser contabilizado no ativo realizável em longo prazo na conta Crédito Junto ao Administrador.

Em decorrência disto, é perfeitamente possível um eventual aumento na atividade da perícia contábil, em ações: A) que envolvem ilícitos e geram indenização civil por culpa do contador; e B) ação por delito, crime contra credores, cuja medida judicial é uma ação penal pública incondicionada. É uma providencial melhoria no reconhecimento do trabalho da maioria dos profissionais da contabilidade e dos auditores no Brasil.

A contabilidade paralela e a escrituração contábil de despesas estranhas à empresa como multas, gastos atípicos ou saídos de caixa sem documentos, ou a manutenção de dívidas já pagas no passivo, ou a manutenção de ativos e capital social fictícios estão vedadas para as sociedades empresárias por força do art. 168 da Lei 11.101/2002, e do art. 47 da Lei 10.406/02.

O profissional da contabilidade também foi lembrado no art. 178, pela hipótese pouco provável de esquecer de escriturar os livros obrigatórios, sendo possível além

“ Os crimes contra os credores são muito comuns e de fácil visualização nas demonstrações contábeis. ”

“
 ...a teoria *ultra vires* revela e brada ao profissional da ciência contábil a nulidade, perante a sociedade empresária, dos atos praticados fora do objeto social ou fora das empresas...”

da prisão, multa por este eventual lapso de memória.

A doutrina contábil contemporânea lembra os livros contábeis atualmente obrigatórios:

“A escrituração empresarial, atos e fatos, será realizada nos seguintes livros: Livro de registro de códigos e abreviaturas - CC/2002, art. 1.183; Livro de registro de inventário, livro facultativo - CC/2002, arts. 1.181 e 1.187; Diário - CC/2002, art. 1.180; Balançotes Diários e Balanços - CC/2002, art. 1.186; Razão - RIR/99, arts. 250 e 260; Razão em UFIR - Dec.-lei 1.598/77, art. 42, § 1º; Registro de Duplicatas - Lei 5.474/69; Livro de Atas da Administração - CC/2002, art. 1.062; Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal - CC/2002, art. 1.069; Livro de Atas da Assembléia - CC/2002, art. 1.075. Quanto ao registro dos livros, ver art. 258, § 4º, do RIR/99 e art. 12 do Dec.-lei 64.567/69. Quanto aos livros fiscais, ver o artigo 260 do RIR/99”.

Porém, há outros desembolsos efetuados a sócios, ou pessoas ligadas que podem, à luz da nova Lei, caracterizar o crime contra credores como sendo duplamente qualificado pelo conluio entre o profissional da contabilidade e o auditor; como a distribuição de lucros, sem aprovação e deliberação do destino do réditio por parte dos sócios em reunião ou assembléia.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Pelas características consuetudinárias do labor da ciência contábil e da coerção por prisão, recomendamos a observação prioritária dos novos parâmetros contábeis emanados do Código Civil de 2002, com relação ao livro Diário, a sua forma de escrituração, os relatórios de prestação de contas, a responsabilidade civil do profissional e sua concordância tácita pelo silêncio. Esta nova Lei 11.101/05 está pautada na teoria da empresa, e, junto com o CC2002, tende a apurar a situação política institucional, econômica e financeira do país.

Por fim, em relação aos colegas profissionais da contabilidade, após eventuais impurezas no espírito da Lei, espera-se ter demonstrado a importância de atitudes preventivas e do processo de auto-educação pela atualização no novo direito contábil e empresarial pátrio.

*Wilson Alberto Zappa Hoog –
 bacharel em Ciências Contábeis,
 professor, perito contábil, mestre em
 Direito Profissionalizante para Gestão
 de Empresas e autor de vários livros.*

Tradição e Qualidade

**Folha de Pagamento
 Escrituração Fiscal
 Contabilidade
 Controle Patrimonial
 Adm. de Escritórios**

SAC e Assistência Técnica
 Controle de Estoque
 Controle de Compras
 Controle de Vendas
 Controle Financeiro
 Folha de Pagamento
 Escrita Fiscal
 Controle Patrimonial
 Perfil Profissiográfico Previdenciário
 Contabilidade
 Planejamento, Programação e Controle de Produção

SIAEC plenus™

SuperSoft®

Cid. São Paulo: 11/6198-1719
 Outras Localidades: 0800 127455
www.supersoft.com.br

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PERÍODO 2006/2015

O processo de desenvolvimento da estratégia do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC SP, tem mobilizado, nos últimos meses, uma comissão formada por conselheiros, delegados, funcionários, presidentes beneméritos, representantes de Entidades Congraçadas e do Conselho Federal de Contabilidade e colaboradores, todos integrantes da Comissão de Planejamento Estratégico para uma reflexão conjunta. O produto final será a edição do Plano Estratégico do CRC SP 2006/2015.

A integração necessária será mapeada por meio de encontros e diálogos, definindo objetivos e ações, visando o crescimento dos setores envolvidos e melhorando efetivamente a qualidade profissional e de vida dos contabilistas e das pessoas com eles relacionadas.

O futuro está ligado à educação, à gestão

do conhecimento, à capacidade de imaginação e ao compromisso de cada participante da classe contábil.

As ações para enfrentar questões, que não mais participam das economias que competem conosco, e qualificações e competências dos envolvidos, são fatores que contribuirão para que o planejamento estratégico se concretize.

A amplitude do planejamento, o engajamento da Sociedade Contábil e de seus relacionamentos e a renovação do sistema para o acompanhamento de sua implementação, iniciando-se em 2006 e prosseguindo até 2015, são os principais aspectos do plano estratégico em construção.

O Conselho Diretor e os colaboradores do CRC SP acompanharão, a partir de 2006, periodicamente, a execução e evolução dos indicadores dos objetivos estratégicos, o que

permitirá conduzir as ações e a evolução do rumo a ser tomado em direção aos resultados desejados.

Acredita-se que a condução eficaz e eficiente será alcançada com a efetiva participação de todos os componentes procurando uma nova realidade até 2015, que permitirá reintegrar melhorias e inovações perseguindo a energia da excelência de resultados.

É uma tarefa relevante para todos os participantes do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC SP, pois o engrandecimento do profissional da Contabilidade em todos os sentidos será alcançado à medida do engajamento de cada um na estratégia, que fortalecerá parcerias e alianças, superando divergências, respeitando a diversidade, criando uma inegável solidariedade no mundo contábil.

NÚMEROS DE APARELHOS DE FAX DO CRC SP ALTERADOS EM 1º DE DEZEMBRO

Desde o dia 1º de dezembro de 2005, vários departamentos do CRC SP estão com os números de seus aparelhos de fax alterados. Os números de telefones desses departamentos continuam os mesmos.

Não foram alterados os números de fax da DEX (3826.8752) e do RAT - Atendimento (3662.0035).

As linhas antigas de fax foram canceladas e não devem mais ser usadas, uma vez que não haverá redirecionamento dos números antigos para os novos.

Confira a relação dos novos números de fax:

MAN	3824.5480
CLS	3824.5481
DRH	3824.5482
SAE	3824.5483
AJU	3824.5484
BIB	3824.5485
COM	3824.5486
DPR	3824.5487
RAT (5º andar)	3824.5488
FIS (5º andar)	3824.5489
FIS (4º andar)	3824.5490
DEF - Tesouraria	3824.5491
DEF - Cobrança	3824.5492

FAX

FISCALIZAÇÃO

OBRIGATORIEDADE DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A obrigatoriedade da escrituração contábil é determinada pelo Código Comercial para todas as empresas e, ainda, impõe punição nos casos de falta desta.

O fato de não ter uma escrituração contábil completa traz conseqüências que o empresário não sabe mensurar. Para alguns, manter um simples livro caixa já é mais que suficiente.

É bastante comum, infelizmente, alguns profissionais da área contábil afirmarem que as empresas estão dispensadas da escrituração.

Mas, na realidade, não é bem assim.

O Código Comercial prevê a escrituração contábil como sendo um procedimento obrigatório, como também existe previsão de punição por falta desta escrituração, que pode ser de seis meses a três anos de detenção no caso de falência fraudulenta (que necessita da ferramenta contábil para ser aplicada).

Com a escrituração dos Livros Diário e Razão, os profissionais da área contábil, além de valorizar sua atividade, colocam as empresas em harmonia com as práticas internacionais, tornando-as mais competitivas.

É importante conscientizar os clientes de que a escrituração contábil, além de ser uma ferramenta gerencial muito importante, também serve como uma base sólida

para um excelente planejamento tributário (que a sua falta, na maioria das pequenas empresas, é o principal motivo para que as empresas quebrem) e acompanhamento de resultados operacionais.

O Código Civil, que começou a vigorar em 11 de janeiro de 2003, enfatizou a importância da prestação de contas das atividades de negócios das empresas, por meio da contabilidade, criando responsabilidades ilimitadas para todos aqueles que descumprirem as leis e o próprio Código.

Outra vantagem é que com a promulgação do novo Código Civil não restaram mais dúvidas de que todos os empresários precisam prestar contas de seus negócios por meio da contabilidade.

A responsabilidade do contabilista também ficou clara no Novo Código Civil.

O profissional que cometer fraudes, ou exercer sua profissão sem zelo e profissionalismo, é responsável pelos erros junto com a empresa que o contratou.

Por exigência legal do Código Civil Brasileiro, artigo 1179, o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade e a levantar anualmente o Balanço Patrimonial.

Os artigos 1180 e 1181 do mesmo Código determinam a obrigatoriedade da

autenticação do Livro Diário no órgão de registro competente.

O artigo 1184 estabelece que no Diário serão lançadas, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, todas as operações relativas ao exercício da empresa. O Balanço Patrimonial deverá ser lançado no Diário e firmado pelo empresário e pelo responsável pela Contabilidade.

Assim, a partir do novo Código, não existe mais dúvida da obrigatoriedade de todos os empresários e sociedades empresárias de manter sua escrituração contábil regular, especialmente em atendimento ao que estabelece o artigo 1078, quanto à prestação de contas e deliberação sobre o balanço patrimonial e da demonstração de resultado, cuja ata deve atender ao que prevê o artigo 1075, para ser arquivada e averbada na Junta Comercial.

Para finalizar, o profissional contábil, além de ter que cumprir as Leis e o Código Comercial e Civil, ainda está sobre o manto das Normas Brasileiras de Contabilidade que, também, obriga a escrituração contábil para todas as empresas, independentemente do regime de tributação, e o seu descumprimento é passível de autuação pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Simplex nas Operações
Poderosos em Resultados.

Contmaster[®]
Sistemas Administrativos Integrados

- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal - Lucro Presumido
- C.I.A - Cálculo de Impostos Atrasados
- Ativo e Controle Patrimonial Independente
- Controller - Gerenciador de Escritórios Contábeis
- Contabilidade Geral, Ativo, Controle Patrimonial e Lalur
- Contabilidade Compatível com a ANS - Agência Nacional de Saúde

Araçatuba: (18) 3608 - 5343

Nosso site: www.contmaster.com.br

São Paulo: (11) 3106-7605 - Grande São Paulo: (11) 4458-0181 - Jacareí: (12) 3954-4100 - S. José do Rio Preto: (17) 234-1910

RELATÓRIO DA EPC DEVE SER ENTREGUE ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2006

Contadores que exerçam a função de Auditores Independentes de forma individual ou como responsáveis por empresas do ramo, com cadastro junto à CVM e também os demais Contadores, seus funcionários ou parceiros, que participem dos trabalhos de auditoria, devem entregar seus relatórios de participação em atividades de EPC (Educação Profissional Continuada), até o dia 31 de janeiro de 2006, em observância à Resolução CFC nº 995/04.

De acordo com a Resolução, esses profissionais, terão de cumprir, em 2005, o mínimo de 32 horas de EPC.

O relatório das atividades deve ser preenchido em formulário disponível no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br), na página "Desenvolvimento Profissional", e entregue na sede, subsedes ou delegacias do CRC SP.

Até o dia 31 de março de 2006, o CRC SP irá analisar os relatórios e comunicar aos profissionais se foram atendidas as exigências estabelecidas pela Resolução. Os documentos, que comprovam as atividades, deverão ser guardados e mantidos à disposição do CRC SP até a entrega do relatório do ano subsequente.

Em 2005, o CRC SP e o IBRACON (5ª Seção Regional) promoveram cursos e eventos para auxiliar os profissionais a cumprir os créditos exigidos de EPC. Além disso, em contato com as Capacitadoras, algumas ministraram os cursos gratuitamente para os Contadores.

Veja abaixo:

CURSOS CEDIDOS PELAS CAPACITADORAS PARA AUXILIAR OS CONTADORES / AUDITORES NO CUMPRIMENTO DAS HORAS DA EPC 2005 (32 pontos)

CURSO	CARGA HORÁRIA	CLASSIFICAÇÃO	CAPACITADORA	CRÉDITOS EPC	DT
Ética e Treinamento de Risco	8	Avançado	BDO Trevisan Auditores Independentes	8	7/out
Parecer de Auditoria	8	Avançado	TERCO GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES S/S	8	14/out
Preços de Transferência – Aspectos Polêmicos e Estudos de Casos	8	Avançado	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	8	20/out
Investimento Inclusive Equivalência Patrimonial	18	Intermediário	ASPR AUDITORES INDEPENDENTES S/C	9	04 e 10/nov
Recuperação de Empresa e a Nova Lei de Falências	8	Avançado	DIRECTA AUDITORES S/C	8	11/nov
Planejamento Tributário (01) na Capital e 02 (dois) no interior	24 08 (oito) horas para cada curso	Avançado	PWC AUDITORES INDEPENDENTES	24	11/nov
Legislação Societária	8	Avançado	PWC AUDITORES INDEPENDENTES	8	18/nov
	82			73	

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO PARA O 1º TRIMESTRE DE 2006

Acompanhe, a seguir, as informações sobre a programação do Departamento de Desenvolvimento Profissional do CRC SP para o primeiro trimestre de 2006:

LOCAIS E DATAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

A programação completa encontra-se em nosso Portal www.crcsp.org.br; na página de Desenvolvimento Profissional. O acesso é possível por assunto ou região.

INSCRIÇÕES

Os cursos, seminários e palestras são direcionados exclusivamente para contabilistas com registro no CRC e situação regular.

As inscrições deverão ser efetuadas no nosso Portal mediante senha do próprio Contabilista. O interessado poderá obter o comprovante de inscrição no prazo de 48 horas.

A confirmação da inscrição obedecerá a ordem de chegada. Os excedentes entrarão na lista de espera e, se houver vaga, os interessados serão comunicados imediatamente.

Todo processo de inscrição, controle de participação nas atividades, bem como horas de treinamento efetuadas são registrados em nosso sistema. Portanto, os inscritos que não comparecerem passarão a ter suas inscrições futuras condicionadas à sobra de vagas.

Para agilizar a sua inscrição, tenha sempre em mãos o nº do CRC e a sua senha.

ATENÇÃO

Caso o número de inscrições não alcance o quórum mínimo necessário de participantes, a atividade será reprogramada e os Contabilistas já inscritos imediatamente avisados.

CERTIFICADOS

Os certificados de frequência serão emitidos pelo próprio Contabilista via internet, em até 72 horas. A veracidade do certificado pode ser consultada também via Internet.

Nota: É possível anualmente obter o relatório das atividades contendo o total de horas cumpridas em seu desenvolvimento profissional.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

PROGRAMAÇÃO 1º TRIMESTRE - REGIONAIS

Cidade	Mês	Dia	Atividade	Carga Horária	Horário	Assunto
Araçatuba	Fevereiro	14	Curso	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
		20	Seminário	4	13h00 às 17h00	Aspectos Contábeis da Reorganização Societária
	Março	15	Curso	8	09h00 às 17h00	Consolidação de Balanços
		21	Seminário	4	13h00 às 17h00	Tópicos Fundamentais de Contabilidade Gerencial
Araraquara	Fevereiro	8	Curso	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
		15	Seminário	4	13h00 às 17h00	Aspectos Contábeis da Reorganização Societária
	Março	8	Curso	8	09h00 às 17h00	Contabilidade Pública
		15	Seminário	4	13h00 às 17h00	Aspectos Relevantes da Contabilidade Rural
Bauru	Fevereiro	16	Curso	8	09h00 às 17h00	Relatórios Contábeis para Pequenas e Médias Empresas
		22	Seminário	4	13h00 às 17h00	Princípios Contábeis e Normas Brasileiras de Contabilidade
	Março	16	Curso	8	09h00 às 17h00	Introdução à Controladoria Contábil e Financeira
		22	Seminário	4	13h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
Campinas	Fevereiro	14	Seminário	4	13h00 às 17h00	Planejamento Contábil Tributário
		24	Curso	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
	Março	17	Curso	8	09h00 às 17h00	Introdução à Controladoria Contábil e Financeira
Guarulhos	Fevereiro	10	Curso - Mogi das Cruzes	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
		17	Seminário	4	13h00 às 17h00	Princípios Contábeis e Normas Brasileiras de Contabilidade
	Março	15	Curso	8	09h00 às 17h00	Introdução à Controladoria Contábil e Financeira
		21	Seminário- Mogi das Cruzes	4	13h00 às 17h00	Aspectos Contábeis da Reorganização Societária
Jundiaí	Fevereiro	10	Curso	8	09h00 às 17h00	Introdução à Controladoria Contábil e Financeira
		17	Seminário	4	13h00 às 17h00	Pontos Relevantes da Elaboração do Balanço
	Março	10	Curso	8	09h00 às 17h00	Gestão do Ponto de Equilíbrio para Pequenas e Médias Empresas
		17	Seminário	4	13h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna

Marília	Fevereiro	17	Curso	8	09h00 às 17h00	Gestão do Ponto de Equilíbrio para Pequenas e Médias Empresas Contabilidade do Terceiro Setor Análise de Balanços para Controladoria Interna Aspectos Relevantes da Contabilidade Rural
		23	Seminário	4	13h00 às 17h00	
	Março	17	Curso	8	09h00 às 17h00	
		23	Seminário	4	13h00 às 17h00	
Osasco	Fevereiro	9	Curso	8	09h00 às 17h00	Introdução à Controladoria Contábil e Financeira Aspectos Contábeis da Reorganização Societária Sistema de Custeio e Formação de Preços Análise de Balanços para Controladoria Interna
		16	Seminário	4	13h00 às 17h00	
	Março	9	Curso	8	09h00 às 17h00	
		16	Seminário	4	13h00 às 17h00	
Piracicaba	Fevereiro	9	Curso	8	09h00 às 17h00	Consolidação de Balanços Análise de Balanços para Controladoria Interna Sistema de Custeio e Formação de Preços Técnicas de Elaboração de Relatórios e Pareceres de Auditoria
		17	Seminário	4	09h00 às 17h00	
	Março	9	Curso	8	09h00 às 17h00	
		16	Seminário	4	13h00 às 17h00	
Presidente Prudente	Fevereiro	9	Curso	8	09h00 às 17h00	Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e do Fluxo de Caixa Aspectos Relevantes da e Contabilidade Rural Sistema de Custeio e Formação de Preços Tópicos Fundamentais de Contabilidade Gerencial
		17	Seminário	4	13h00 às 17h00	
	Março	9	Curso	8	09h00 às 17h00	
		24	Seminário	4	13h00 às 17h00	
Ribeirão Preto	Fevereiro	10	Curso	8	09h00 às 17h00	Consolidação de Balanços Análise de Balanços para Controladoria Interna Gestão do Ponto de Equilíbrio para Pequenas e Médias Empresas Aspectos Contábeis da Reorganização Societária
		17	Seminário	4	13h00 às 17h00	
	Março	7	Curso	8	09h00 às 17h00	
		14	Seminário	4	13h00 às 17h00	
Santo André	Fevereiro	14	Curso	8	09h00 às 17h00	Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e do Fluxo de Caixa Análise de Balanços para Controladoria Interna Consolidação de Balanços Aspectos Contábeis da Reorganização Societária
		21	Seminário	4	13h00 às 17h00	
	Março	14	Curso	8	09h00 às 17h00	
		21	Seminário	4	13h00 às 17h00	
Santos	Fevereiro	7	Curso	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna Aspectos Contábeis da Reorganização Societária Consolidação de Balanços Tópicos Fundamentais de Contabilidade Gerencial
		14	Seminário	4	13h00 às 17h00	
	Março	16	Curso	8	09h00 às 17h00	
		14	Seminário	4	13h00 às 17h00	

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

PROGRAMAÇÃO 1º TRIMESTRE - REGIONAIS

Cidade	Mês	Dia	Atividade	Carga Horária	Horário	Assunto
São Bernardo do Campo	Fevereiro	7	Curso	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
		15	Seminário	4	13h00 às 17h00	Aspectos Contábeis da Reorganização Societária
	Março	7	Curso	8	09h00 às 17h00	Consolidação de Balanços
		15	Seminário	4	13h00 às 17h00	Tópicos Fundamentais de Contabilidade Gerencial
São João da Boa Vista	Fevereiro	15	Curso	8	09h00 às 17h00	Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e do Fluxo de Caixa
		21	Seminário	4	13h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
	Março	15	Curso	8	09h00 às 17h00	Tópicos Fundamentais de Contabilidade Gerencial
		21	Seminário	4	13h00 às 17h00	Pontos Relevantes da Elaboração do Balanço
São José dos Campos	Fevereiro	8	Curso	8	09h00 às 17h00	Técnicas de Elaboração de Relatórios e Pareceres de Auditoria
		15	Seminário	4	13h00 às 17h00	Pontos Relevantes da Elaboração do Balanço
	Março	8	Curso	8	09h00 às 17h00	Introdução à Controladoria Contábil e Financeira
		15	Seminário	4	13h00 às 17h00	Notas Explicativas e Relatórios da Administração
São José do Rio Preto	Fevereiro	10	Curso	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
		17	Seminário	4	13h00 às 17h00	Aspectos Contábeis da Reorganização Societária
	Março	10	Curso	8	09h00 às 17h00	Consolidação de Balanços
		17	Seminário	4	13h00 às 17h00	Tópicos Fundamentais de Contabilidade Gerencial
Sorocaba	Fevereiro	15	Curso	8	09h00 às 17h00	Sistema de Custeio e Formação de Preços
		22	Seminário	4	13h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
	Março	16	Curso	8	09h00 às 17h00	Gestão do Ponto de Equilíbrio para Pequenas e Médias Empresas
		22	Seminário	4	13h00 às 17h00	Avaliação de Empresas, Elaboração de Laudo (A Valor de Mercado, A Valor Econômico e a Valor Contábil)

PROGRAMAÇÃO 2006 - CICLO DE DEBATES, CURSOS E SEMINÁRIOS NA CAPITAL

Dia	Atividade	Carga Horária	Horário	Assunto	
09/jan	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	Simples- Alterações/ Opções e sistemática
16/jan	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	DCTF: DACON - Principais Alterações/Prazo de entrega
23/jan	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	ISS- SP- Alterações
30/jan	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	Certificação Digital e Receita Federal
03/fev	sexta-feira	Seminário	4	13h00 às 17h00	Tópicos fundamentais da Contabilidade Gerencial
06/fev	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	Retenções na Fonte, Impostos e Contribuições Federais- DIRF
08/fev	quarta-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Introdução à Controladoria Contábil e Financeira
10/fev	sexta-feira	Seminário	4	13h00 às 17h00	Notas Explicativas e Relatórios da Administração
13/fev	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	PIS/COFINS- Atualização
15/fev	quarta-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Consolidação de Balanços
17/fev	sexta-feira	Seminário	4	13h00 às 17h00	Contabilidade no Terceiro Setor
20/fev	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	ICMS- Atualização
22/fev	quarta-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e do Fluxo de Caixa
23/fev	quinta-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Tópicos selecionados de Contabilidade contemporânea (EVA-MVA- EBITDA)
03/mar	sexta-feira	Seminário	4	13h00 às 17h00	Pontos Relevantes na Apresentação de Balanços
06/mar	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	Demonstrações Contábeis, Aspectos Relevantes
08/mar	quarta-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Análise de Balanços para Controladoria Interna
10/mar	sexta-feira	Seminário	4	13h00 às 17h00	Avaliação de Empresas, Elaboração de Laudo (A Valor de Mercado, A Valor Econômico e a Valor Contábil)
13/mar	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	Contabilidade Gerencial, Estratégia e Análise
15/mar	quarta-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Gestão do Ponto de Equilíbrio para Pequenas e Médias Empresas
17/mar	sexta-feira	Seminário	4	13h00 às 17h00	Princípios Contábeis e Normas Brasileiras de Contabilidade
20/mar	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	Malha Fina-IRPF - Cuidados especiais
22/mar	quarta-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Equivalência Patrimonial: Conceito, Legislação e Procedimentos Contábeis
24/mar	sexta-feira	Seminário	4	13h00 às 17h00	Aspectos Contábeis na Reorganização Societária
27/mar	segunda-feira	Ciclo de Debates	2h30m	19h00 às 21h30	Declaração de IRPF - Principais exigências
29/mar	terça-feira	Curso	8	09h00 às 17h00	Tópicos selecionados de Contabilidade contemporânea (EVA-MVA- EBITDA)

SISTEMAS INFORMATIZADOS NECESSITAM DE AMBIENTES SAUDÁVEIS E SEGUROS

Campanhas de conscientização e de incentivo para utilização de programas anti-vírus, firewalls pessoais e nunca abrir conteúdos de e-mails de procedência duvidosa: esta é a receita básica de FRANK MEYLAN, doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da USP, bacharel em Ciência da Computação pelo Instituto de Matemática e Estatística da USP e diretor de Segurança da Informação e Auditoria de Sistemas da KPMG Brasil.

MEYLAN foi o autor da palestra sobre "Segurança da informação contábil no ambiente digital" na 19ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, em setembro, e repetiu a dose para conselheiros, delegados e funcionários do CRC SP, no final de outubro.

Em entrevista ao Boletim CRC SP, ele reforçou a recomendação a todos os usuários dos sistemas informatizados para que fiquem atentos no quesito segurança dos dados sigilosos e apontou o telefone celular como o futuro sistema de comunicação de grande abrangência.

Boletim CRC SP - Que recomendações o senhor faria sobre segurança aos Contabilistas que usam o ambiente digital?

Frank Meylan - Eu acho que a mensagem que temos que passar para o usuário em geral, que utiliza sistemas informatizados, é que, cada vez mais, o conhecimento sobre as vulnerabilidades dos sistemas, o conhecimento sobre fraudes está facilitado ao público. Ultimamente, tem até saído vídeos de como implementar uma fraude. Frente a essa realidade, acho que a mensagem geral aos usuários de informática é com relação à preocupação que todos devem ter com a melhor segurança no armazenamento de seus dados sigilosos e controle no acesso aos sistemas dos quais eles fazem uso. Cada vez mais, as questões de conscientização da utilização de segurança no ambiente digital é importante, dentro das empresas e para os usuários em geral. Acho que todos devem trabalhar pró-ativamente para a manutenção de um ambiente digital saudável e seguro.

Boletim CRC SP - O CRC SP tem implementado uma série de programas de serviços aos Contabilistas, com acesso pelo Portal do CRC. O senhor acha que é uma tendência a oferta de serviços pela internet?

FM - Acho que é uma tendência que o CRC está seguindo, aliás uma tendência que a gente percebe muito na esfera do governo. Serviços, hoje, como o boletim de ocorrência, podem ser feitos na internet. Você pode consultar seu imposto de renda ou submetê-lo pela internet. Também as licitações públicas têm ocorrido cada vez mais pela internet. Se olharmos o mercado financeiro, veremos a utilização cada vez mais freqüente dos sistemas de *Internetbanking*. Sem dúvida nenhuma, é uma tendência e se justifica pelo fácil acesso e pela disseminação da internet como um todo. Evidentemente, é muito mais confortável para o usuário consultar as informações do seu escritório, de sua casa, do que se deslocar até um local, até o CRC SP, por exemplo. Evidentemente, como consequência dessa maior abrangência,

existe a questão da segurança, que se aplica a todos os segmentos, não exclusivamente ao Conselho. Daí, o cuidado com os computadores dos quais ele se utiliza para acessar estarem com o antivírus atualizado, pois eles vão sempre ter as atualizações da Microsoft, se for o Windows, ou se for sistema gratuito, da Linux. Enfim, ele deve manter esses computadores com as últimas atualizações disponíveis e ter implementados e sempre atualizados os sistemas antivírus e se tiver, ainda, um sistema *personal firewall*, também manter seus sistemas de segurança sempre implementados.

Boletim CRC SP: Pela primeira vez, o CRC SP realizou, neste ano, as eleições online. O sr. acredita que a eleição eletrônica pode virar uma tendência?

FM - Sim, sem dúvida, é uma tendência. Nós temos atuado bastante no acompanhamento dessas eleições, na auditoria dessas eleições, para dar mais transparência ao processo. E eu acho que, de novo, isso se

justifica pela maior facilidade que é participar de uma eleição para qual não se tenha que se deslocar fisicamente até o local. Acho que, seguidos todos os processos, as devidas providências para manter a segurança do evento, sem dúvida nenhuma, a eleição *online* traz como principal benefício um maior envolvimento dos eleitores, justamente por facilitar a participação desses envolvidos. Na Suíça, já houve a eleição de uma esfera governamental por meio da internet e do telefone celular. Dá para perceber que esses meios de comunicação estão atingindo as grandes massas, o que também tem viabilizado o uso da tecnologia em eleições.

Boletim CRC SP: Nesse caso, então, teria que haver uma inclusão digital ampla?

FM - Inclusão digital, exatamente. Hoje, a internet trouxe uma grande abrangência,

do ponto de vista da inclusão digital, mas não é totalitária em nosso país, justamente por causa das diferenças sociais que temos. Talvez, o próximo canal de maior abrangência seja o telefone celular; que já atinge as massas. Muitos estudos têm sido feitos para a utilização do telefone celular como meio de comunicação não só de voz, mas também para interação com os sistemas, possibilitando o acesso ao sistema bancário às classes mais baixas e, por que não também participação nas eleições eletrônicas?

Boletim CRC SP: Com o avanço da tecnologia cada vez mais rápido, que novidades ainda teremos?

FM - Eu creio que muito desenvolvimento tem sido feito em termos de telefonia celular. Acho que, devido à grande abrangência que

ela já tem, permeando todas as classes sociais, muito se tem feito para que as próximas gerações de telefones celulares permitam uma maior interatividade com os sistemas eletrônicos, integrando o telefone celular na rede mundial. Acho que o grande limitador, ainda hoje, é a interface com o telefone celular; que é de difícil utilização, quando você quer escrever mensagens, quando você quer atuar com o sistema. Creio que os telefones com interfaces aprimoradas serão um componente talvez até maior do que foi o computador na utilização de sistemas.

Comece 2006 com novas oportunidades.

Aprimore o ano novo e dê uma virada na sua empresa.

Conheça as soluções Prosoft em:

- Relacionamento com Clientes;
- Business Intelligence;
- Gerenciamento de Documentos;
- Gestão Comercial, Contábil e Financeira;
- Administração de Processos;
- Ponto Eletrônico.

Os melhores softwares de gestão estão aqui. Fáceis de usar, simples de instalar e com suporte, on line ou por telefone, sempre pronto a resolver suas dúvidas. Descubra o que podemos fazer por você e por sua empresa. Ligue e peça uma demonstração.

Prosoft

Somando soluções para obter resultados

www.prosoft.com.br

0800 551037

ELEIÇÕES *ONLINE* CRC SP 2005: CHAPA ÚNICA É ELEITA COM MAIORIA ABSOLUTA

As Eleições *Online* CRC SP 2005, encerradas às 24 horas do dia 17 de novembro, foram um sucesso: 77,63% dos eleitores participaram da primeira votação eletrônica da história do CRC SP.

Durante 15 dias, de 3 a 17 de novembro, os Contabilistas puderam exercer seu direito ao voto apenas clicando no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br) de qualquer computador com acesso à internet.

Dos 91.740 profissionais aptos a votar, 71.214 participaram das eleições *online*, sendo que 63.795 (69,54%) votaram na Chapa Única, 2.859 (3,12%) optaram pelo voto em branco e 4.560 (4,97%) preferiram anular o voto. Abstiveram-se de votar 20.526 eleitores (22,37%).

No encerramento da votação, o presidente do CRC SP, Luiz Carlos Vaini, comemorou o êxito das eleições *online* declarando que

"a participação da classe contábil nestas eleições foi a maior dos últimos 10 anos. Os Contabilistas sinalizam, desta maneira, que querem participar do seu Conselho e que assimilaram com tranquilidade a tecnologia que facilita a vida de todos."

Abaixo, os números da votação:

ELEIÇÕES *ONLINE* CRC SP 2005 - QUADRO DE VOTAÇÃO

CAPITAL E INTERIOR

LOCALIDADE	Nº APTOS	CHAPA ÚNICA		BRANCOS		NULOS		TOTAL		ABSTINÊNCIA	
		QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
CAPITAL	38.815	26.081	67,19	1.338	3,45	2.287	5,89	29.706	76,53	9.109	23,47
INTERIOR	52.925	37.714	71,26	1.521	2,87	2.273	4,29	41.508	78,43	11.417	21,57
TOTAL	91.740	63.795	69,54	2.859	3,12	4.560	4,97	71.214	77,63	20.526	22,37

Etiquetas Patrimoniais / Ativo Fixo com CÓDIGO DE BARRAS e numeração arábica

NOS MATERIAIS: Alumínio, Aço Inox e Polyester.

IMPRESSÃO: a) Gravado em Baixo Relevo;
b) Foto Anodização e Eletrônica Digital.

FIXAÇÃO: Poderá ser com adesivo ou furos.

PADRÃO DOS CÓDIGOS: 128 e 2 de 5 Entrelaçados.

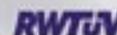
DIFERENCIAIS: Resistente a altas temperaturas, umidades, produtos químicos, ambientes hostis e **garantia de 30 anos.**

**A MAIS MODERNA E SEGURA FORMA
DE CONTROLAR SEU PATRIMÔNIO**



INDEMETAL® - IND. DE ETIQUETAS METÁLICAS LTDA.
R. Eloy Ricci, 272 - Vila Bandeirantes - Itu-SP - Cep 13.313-201
Fone: 11 4023.1712 - E-mail: indemetal@indemetal.com.br

VISITE NOSSO SITE
www.indemetal.com.br



JOSÉ ISMAR DA FONSECA RECEBE TÍTULO DE PRESIDENTE BENEMÉRITO DO CRC SP

O presidente do CRC SP nas gestões 1990-1991 e 1992-1993, José Ismar da Fonseca, foi homenageado com a entrega da placa de Presidente Benemérito no dia 5 de dezembro. A homenagem, prestada pelo presidente Luiz Carlos Vaini, foi realizada na casa do Presidente Benemérito por estar impossibilitado de comparecer ao CRC SP.

José Ismar da Fonseca tem uma longa lista de serviços prestados às causas contábeis. Bacharel em Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Administração de Empresas, iniciou suas atividades como conselheiro efetivo do CRC SP em 1988.

Com uma vida inteira de dedicação à Contabilidade, José Ismar da Fonseca foi presidente do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Diretoria Nacional, de 1984 a 1986. Ocupou, também, os cargos de diretor-titular do Brasil na Associação Interamericana, de 1986 a 1995; presidente regional da 6ª Região da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais do Estado de São Paulo, de 1993 a 1995, e membro da Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Federal de Contabilidade, de 1994 a 1995.

Profissional bem sucedido, desde 1962 quando iniciou sua carreira, José Ismar esteve à frente, como responsável pelo setor de auditoria, de empresas de grande envergadura técnica.

ENTREGA SIMBÓLICA

Ainda no dia 5 de dezembro, os conselheiros participaram do ato simbólico da entrega da placa de Presidente Benemérito a José Ismar da Fonseca, durante a sessão plenária do CRC SP. Vaini lembrou de

fatos importantes que ocorreram durante a gestão do presidente Ismar, como a aquisição do terreno e o início da obra da sede do CRC SP, o início da implantação da tecnologia de informação, a eliminação da burocracia para o registro profissional, o impulso à Educação Continuada e sua dedicação incomum às causas da Contabilidade.

O conselheiro Cláudio Avelino MacKnight Filippi lembrou que as Convenções dos Contabilistas, realizadas em 1991 e 1993, durante as gestões do presidente Ismar, foram marcantes. "Ele esteve à frente do CRC SP numa época em que a profissão passava por profundas modificações, dando o impulso que precisávamos", disse Filippi.

O conselheiro Vinício Martins Presti declarou que estava feliz com a homenagem, pois Ismar, com quem ele conviveu também no IBRACON, "sempre foi uma figura ímpar, dono de uma grande força de trabalho, em eterna busca pelo interesse da profissão e pelo desenvolvimento da Contabilidade."

"Exemplo de profissionalismo e dedicação!". É deste modo que o conselheiro José Aparecido Maion vê o Presidente Benemérito José Ismar da Fonseca. "Acompanhei seu trabalho no IBRACON e no CRC SP - disse Maion - e lembro sempre que ele é o meu paradigma de profissional".

O vice-presidente de Administração e Finanças, Luiz Antonio Balamint, acrescentou que, durante a administração do presidente Ismar, foram criadas as sub-sedes e iniciadas as caravanas de trabalho rumo ao interior do Estado, levando informações e eventos educacionais aos Contabilistas.

Ao entregar o título de Presidente Benemérito a José Ismar da Fonseca, o presidente Vaini encerrou com chave de ouro as homenagens, iniciadas na gestão



Luiz Carlos Vaini (à esq.) entrega placa ao casal Ivone e José Ismar da Fonseca.



Placa entregue a José Ismar da Fonseca com o título de Presidente Benemérito do CRC SP.

2004-2005, às personalidades que estiveram à frente desta entidade desde sua fundação, em 1946.

A bela e simbólica cerimônia emocionou a todos os presentes, dando-lhes a certeza de que a história se faz com o trabalho e a abnegação de muitos, que não devem, nunca, ser esquecidos.

ADD – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARA DEFICIENTES: PORTAS ABERTAS PARA O ESPORTE E A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Criada em 1996 pelo professor de educação física, Steven Dubner, e a administradora, Eliane Miada, a **ADD** – Associação Desportiva para Deficientes, é uma instituição sem fins lucrativos, que promove o desenvolvimento da pessoa com deficiência por meio do esporte adaptado, da educação e de cursos de capacitação, facilitando o processo de resgate da auto-estima, integração e inclusão social. Além disso, a **ADD** ainda possui uma equipe que elabora projetos que beneficiam não só seus atletas, mas, também, aqueles que precisam de algum apoio.

Assim como a palavra em inglês “*add*”, que significa **somar**, a **ADD** tem como filosofia a valorização, integração e potencialização máxima das pessoas portadoras ou não de necessidades especiais, pois acredita que cada um pode fazer um pouquinho e, assim, as diversas ações **somadas** formam o caminho para a construção de um mundo melhor.

Atualmente, a **ADD** atende todos os tipos de deficiência, assim distribuídos:

- **Programa Crianças** – oferece as modalidades basquete e natação para crianças e adolescentes.
Tipos de deficiência: física, visual e mental (síndrome de *down*).
- **Programa Basquete Adulto** – equipe competitiva de basquete em cadeira de rodas **ADD/Magic Hands**.
Tipos de deficiência: física.
- **Programa ADD Training** – cursos de capacitação em informática/*telemarketing* e cursos de geração de renda.
Tipos de deficiência: física, visual e auditiva.
- **Programa Atletas Individuais** – programa esportivo nas modalidades *surf*, ciclismo tandem, escalada e atletismo.
Tipos de deficiência: física e visual.

Além das várias modalidades de esporte, a **ADD** também oferece, gratuitamente, cursos de capacitação profissional como informática e *telemarketing*. A idéia é promover a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho. No curso de informática, por exemplo, o aluno aprende a trabalhar nos programas *Excel*, *Power Point*, *Word* e a usar a *Internet*. Com essas ferramentas, ele poderá preparar seu próprio currículo e enviá-lo, via e-mail, para as empresas que estiverem contratando. A **ADD** oferece, ainda, cursos de geração de renda como culinária, artesanato e maquiagem.

Como parte do projeto **CRC Social**, que desde 2004 tem incentivado os contabilistas a orientar seus clientes no que se refere ao cumprimento da legislação que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, nesta

edição o *Boletim CRC SP* conversou com a equipe da **ADD**. A seguir, a entrevista da **ADD** ao *Boletim CRC SP*.

O que é preciso para adaptar um esporte a uma pessoa portadora de deficiência?

Primeiro é preciso informar que toda modalidade pode ser adaptada a algum tipo de deficiência. Para isso, é necessário conhecer o tipo de deficiência, o nível da lesão e seu comprometimento, a modalidade esportiva. Além disso, para que a adaptação seja perfeita é preciso levar também em conta o equipamento esportivo que será necessário para a prática esportiva e treinar os profissionais que serão envolvidos no projeto. Como exemplo podemos citar o caso do tetraplégico que joga tênis em cadeira de rodas e o deficiente visual que pratica tiro e arco e flecha.

ADD



Como é possível a um deficiente visual se tornar um ciclista e a um deficiente físico se tornar um surfista, como é o caso de Alcino Neto, o único surfista profissional amputado em todo o mundo?

A ADD trouxe, em abril de 2001, o Ciclismo Tandem, modalidade para os deficientes visuais, para o Brasil. Para a prática da modalidade é necessária uma bicicleta especial que possui dois guidões e dois bancos. O guia, que é vidente (enxerga), vai na frente e o atleta, deficiente visual, vai atrás. A força e resistência devem ser divididas para que haja um equilíbrio. Já no caso do Alcino Neto, mais conhecido como Pirata, após o acidente de moto que teve como consequência a amputação da perna direita, ele iniciou um trabalho de adaptação e retorno ao surf. Ele precisou adaptar o modo como surfava, criando todo um método próprio de surfar. Hoje, ele surfa com ou sem prótese e faz apresentações e demonstrações do surf adaptado em todo o mundo.

Qual foi o desempenho do Brasil nas Paraolimpíadas de Atenas, ocorridas em 2004?

O desempenho foi fantástico e entrou para a história do esporte adaptado brasileiro. Foi o melhor desempenho de uma equipe brasileira nos Jogos Paraolímpicos. Com uma equipe composta por 98 para-



ADD



atletas, o Brasil conquistou 33 medalhas – 14 de ouro, 12 de prata e 7 de bronze. Mas, além de fazer a melhor campanha de todos os tempos, o Brasil também se orgulha de ter sido representado pela primeira vez nas modalidades *goaball* (com a equipe feminina), hipismo e futebol de 5 (paradeficientes visuais) e, nas modalidades basquete e tênis em cadeira de rodas, os atletas brasileiros conquistaram suas vagas dentro das quadras, pois anteriormente participaram por meio de convite.

Para mais informações, a ADD produziu em parceria com a Dialeto.Net um *hotsite* das

Paraolimpíadas de Atenas – www.add.org.br/paraolimpiadas.

Além do esporte, a ADD também promove projetos de capacitação profissional para portadores de deficiência. Como se dá essa capacitação?

A ADD acredita que a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade passa pelo âmbito econômico e sua participação produtiva. Sendo assim, a ADD, desde 2002, possui o Programa ADD *Training* voltado à capacitação profissional. Atualmente, o programa oferece cursos de informática básica e *telemarketing*. Eles são gratuitos e acontecem duas vezes por semana. A gratuidade é oferecida, pois o Programa ADD *Training* recebe o patrocínio da Eurofarma e ADP. Para dentro das aulas é levado o dia-a-dia, ou seja, nas aulas de *Word*, os alunos aprendem a elaborar o currículo, enquanto nas aulas de *Internet*, eles poderão enviar o currículo para as empresas. Dessa forma, o curso aproxima-se da realidade do aluno.

Existe também uma preocupação no que diz respeito à busca do emprego. Para isso, os alunos recebem orientação, por exemplo, de como funciona uma entrevista ou uma dinâmica de grupo.

Paralelamente à capacitação profissional, a ADD também oferece cursos de artesanato, culinária e entretenimento para pessoas com





ADD

deficiência e/ou familiares com o objetivo de auxiliar na geração de uma renda extra para a família.

Qual a avaliação que a ADD faz do mercado de trabalho atual para o portador de algum tipo de deficiência?

O mercado não explora o potencial existente na pessoa com deficiência. Melhorou muito, mas está muito aquém do que poderia estar. As pessoas também ainda não estão preparadas para receber os portadores de deficiência. Outro ponto é o posto de trabalho ocupado por essas pessoas com deficiência. Profissões como *telemarketing* estão estigmatizadas e profissionais com deficiência acabam ocupando esses postos mesmo tendo qualificações para assumir outras vagas e, sendo assim, acabam desmotivados.

O que a ADD tem a dizer àqueles que deixam de contratar um deficiente por acreditar que ele não será capaz de apresentar um bom desempenho?

As dificuldades existem pela falta de informação. A ADD acredita que esse seja o maior problema relacionado ao tema defi-

ciência. Nós não culpamos as empresas que não possuem em seu quadro de funcionários profissionais com deficiência, pois existe muita desinformação. Se eles tivessem convivido com deficientes saberiam do potencial existente. Até por isso, no Programa Crianças da ADD crianças sem deficiência participam dos treinos e, dessa forma, a convivência dará suporte para elas lidarem com essas questões e a diversidade.

As pessoas com deficiência possuem potencial e capacidade igual ou maior a qualquer pessoa que não tem uma deficiência. Muitas vezes, até por enfrentar barreiras em seu dia-a-dia, possuem naturalmente um perfil motivador e de superação. Também pela falta de oportunidade, quando recebem uma chance, as pessoas com deficiência agarram com todas as forças, sendo consideradas, muitas vezes, dentro de uma equipe, os melhores funcionários.

O que vem a ser e qual o principal objetivo do “Programa Crianças”?

O Programa Crianças foi criado para levar a prática esportiva para as crianças com deficiência. O esporte possibilita às crianças e aos adolescentes portadores de deficiência a descoberta do potencial para ultrapassar as barreiras da deficiência, que vai além do aspecto físico, atingindo o social e o psicológico. Além disso, o aspecto lúdico do esporte proporciona uma reflexão mais saudável sobre o comprometimento da deficiência.

Quais outros projetos a ADD desenvolve?

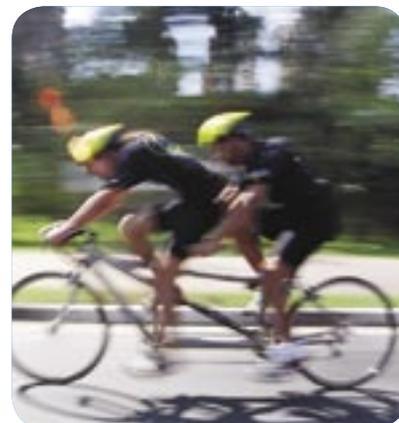
Dentro da proposta de capacitação profissional, a ADD desenvolve o programa de geração de renda, oferecendo cursos de artesanato, culinária e entretenimento a pessoas com deficiência e/ou familiares. Isto porque uma parcela dessa população ainda não possui qualificação profissional ou ainda prefere não abrir mão da aposentadoria e, dessa maneira, auxiliamos com uma proposta de geração de renda. A ampliação do atendimento aos familiares tem como objetivo atingir as famílias dos portadores de deficiência.

Qualquer um pode fazer parte da ADD?

Sim. Para a prática do esporte adaptado, é necessário um atestado médico habilitando a pessoa a praticar uma atividade física (igual a uma pessoa sem deficiência) e conforme o tipo de deficiência e grau de limitação existem modalidades específicas. Por outro lado, pessoas sem deficiência também podem fazer parte da ADD através dos programas de voluntariado e sócio-contribuinte. Assim, elas contribuem com suas habilidades (voluntário) e financeiramente (sócio-contribuinte) em prol das pessoas beneficiadas pelos projetos da ADD.

Como é ter um time de basquete com o nível do ADD/Magic Hands?

É extremamente gratificante. Além dos grandes resultados conquistados em quadras, nossos atletas são exemplos também fora de quadra. Como a maior preocupação da ADD diz respeito à qualidade de vida, incentivamos nossos atletas a voltarem a estudar, buscar uma capacitação profissional e batalhar um emprego. Hoje, a grande maioria já voltou a estudar e cursa faculdade e também trabalha. E, como se tudo isso não bastasse, a equipe ADD/Magic Hands e seus atletas são também os grandes motivadores e exemplos para as crianças e adolescentes beneficiados pela ADD.



ADD

Como surgiu a idéia do esporte adaptado?

O esporte adaptado surgiu no começo do século XX, quando tiveram início as atividades competitivas para jovens portadores de deficiências auditivas. Por volta de 1920, tiveram início as atividades para jovens portadores de deficiência visual, especialmente a natação e o atletismo. Para pessoas portadoras de deficiências físicas, o início do esporte oficialmente se deu ao final da Segunda Guerra Mundial, entre 1944

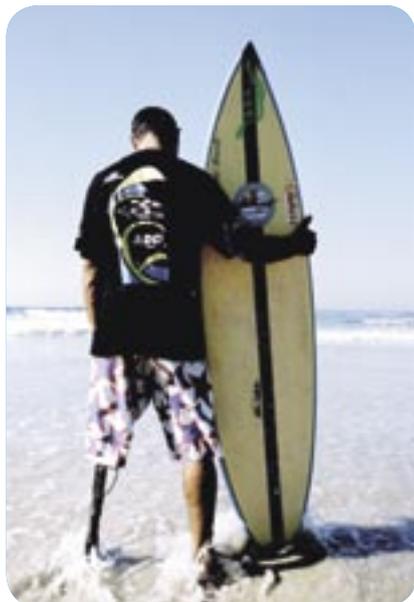
e 1952, quando os soldados voltaram para os seus países de origem com vários tipos de mutilações e outras deficiências físicas. As primeiras modalidades tiveram origem na Inglaterra e nos Estados Unidos. Na Inglaterra, por iniciativa do médico Ludwig Guttmann, indivíduos com lesão medular ou amputações de membros inferiores começaram a praticar jogos esportivos em um hospital.

Nos Estados Unidos, por iniciativa da PVA (*Paralyzed Veterans of America*), surgiram as primeiras equipes de basquetebol em

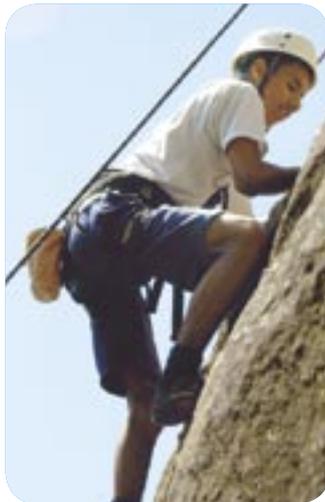
cadeira de rodas e as primeiras competições de atletismo e natação. A partir de então, o esporte para portadores de deficiências físicas não parou de crescer e, desde 1960, ocorrem os Jogos Paraolímpicos, sempre alguns dias após e na mesma sede dos Jogos Olímpicos convencionais.

No Brasil, o esporte adaptado surgiu em 1958 com a fundação de dois clubes esportivos (um no Rio e outro em São Paulo). Nos últimos cinco anos, o esporte adaptado brasileiro tem evoluído, mas por

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARA DEFICIENTES



ADD – Associação Desportiva para Deficientes
www.add.org.br
 Telefone: (11) 5052-9944
 Av. Jandira, 1111 – Planalto Paulista
 São Paulo – CEP: 04080-000



Para mais informações sobre a legislação referente às Pessoas portadoras de deficiência, acesse:
www.presidencia.gov.br/sedh
 link Secretaria Especial dos Direitos Humanos



falta de informação e, principalmente, de condições específicas para a sua prática, muitos portadores de deficiência ainda não têm acesso a ele.

No total, quantos deficientes participam dos projetos da ADD?

Em 2004, mais de 1.900 pessoas foram beneficiadas diretamente pelos programas e ações da ADD. Esse número engloba a área esportiva, de capacitação, de educação, além dos atendimentos esportivos, nutricionais e psicológicos. A expectativa é que esse número cresça 30% em 2005.

Como a ADD trabalha a questão da inclusão junto aos próprios deficientes e à sociedade?

A ADD possui profissionais qualificados e capacitados que recebem desde o início um atendimento individual para uma avaliação e identificação dos seus próprios potenciais. Dessa forma, eles recebem toda orientação

necessária para construir seu planejamento de vida e para colocá-lo em prática. Também atuamos junto às empresas para facilitar a inclusão no ambiente da empresa e em escolas. Dentro dessa abordagem, o Programa Crianças é um grande exemplo. Fazemos o contrário, levamos crianças sem deficiência para a realidade das crianças com deficiência. Elas sentam na cadeira de rodas para jogar basquete com as "nossas" crianças, perdem a visão preconceituosa que poderiam ter. Isso é um grande processo de inclusão.

De que maneira as pessoas, em especial, os contabilistas podem contribuir com o trabalho, os projetos da ADD?

As pessoas podem contribuir divulgando os projetos da ADD, sendo um voluntário ou um sócio-contribuinte da ADD. Em relação aos contabilistas, eles podem contribuir especialmente orientando seus clientes a investir nos projetos sociais da ADD, porque muitos desconhecem os incentivos fiscais. A

ADD por ser uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, permite que empresas patrocinadoras possam abater no Imposto de Renda até 2% do seu lucro operacional sobre as contribuições feitas à ADD, sem qualquer ônus adicional.

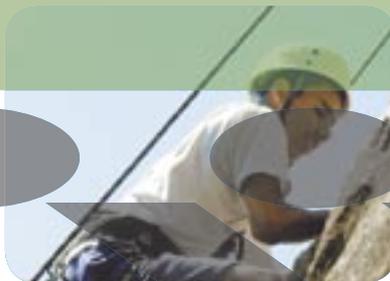
E as empresas?

As empresas podem contribuir sendo patrocinadoras dos programas da ADD, realizando ações sociais junto com a ADD como, por exemplo, ações pontuais de arrecadação de produtos ou de voluntariado, ou tornando-se parceira da ADD ao disponibilizar serviços e produtos sem custo para a ADD.

O que ainda falta para que os portadores de deficiência realmente sejam respeitados por todos nós?

Acreditamos que falta informação, aproximação e convivência.

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARA DEFICIENTES



ADD

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Ativo	2004	2003	Passivo e patrimônio social	2004	2003
Circulante			Circulante		
Caixa e bancos	00,00	00,00	Fornecedores	00,00	00,00
Aplicações financeiras	00,00	00,00	Salários e encargos sociais	00,00	00,00
Créditos a receber	00,00	00,00	Serviços profissionais a pagar	00,00	00,00
Estoques	00,00	00,00			
Outros créditos	00,00	00,00	Outras contas a pagar	00,00	00,00
	<u>00,00</u>	<u>00,00</u>	Exigível a longo prazo		
Permanente			Provisão para contingências trabalhistas	00,00	00,00
Imobilizado	00,00	00,00	Patrimônio social	00,00	00,00
	<u>00,00</u>	<u>00,00</u>	Reserva de reavaliação	00,00	00,00
Total do ativo	00,00	00,00	Superávit do exercício	00,00	00,00
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			Total do passivo e patrimônio social	00,00	00,00

TOTAL DE GANHOS DO ANO DE 2004.....R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (EM REAIS)

Patrimônio social	Patrimônio reavaliação	Reserva de do exercício	Superávit
Em 31 de dezembro de 2002	00,00	00,00	00,00
Ajuste de exercícios anteriores	00,00	00,00	
Bens patrimoniais	00,00	00,00	
Constituição de reserva de reavaliação		00,00	00,00
Realização da reserva de reavaliação	00,00	(00,00)	
Superávit do exercício		00,00	00,00
Em 31 de dezembro de 2003	00,00	00,00	00,00
Transferência para patrimônio social	00,00		(00,00)
Bens patrimoniais	00,00		00,00
Aquisição de bens	00,00		00,00
Realização da reserva de reavaliação	00,00	(00,00)	
Superávit do exercício		00,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2004	00,00	00,00	00,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

É ASSIM QUE O MERCADO VÊ A SUA EMPRESA QUANDO VOCÊ NÃO DIVULGA O SEU BALANÇO PATRIMONIAL NO ESTADÃO.
*Anuncie o Balanço Patrimonial no Estadão e mostre que de números a sua empresa entende.
 Para anunciar ligue (11) 3856 2080*

SOLUÇÃO ESTADÃO
PUBLICIDADE LEGAL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2004	2003		2004	2003
Origens de recursos			Aplicação de recursos		
Superávit do exercício	0,00	0,00	Aquisição de bens do imobilizado	0,00	0,00
Despesa que não ateta o capital circulante	0,00	0,00	Outras	0,00	0,00
Depreciação	0,00	0,00	Total das aplicações de recursos	0,00	0,00
Das operações			Aumento do capital circulante líquido	0,00	0,00
Ajuste de exercício anterior	0,00	0,00	Varição do capital circulante		
Patrimônio	0,00	0,00	Ativo circulante		
Baixa de investimentos	0,00	0,00	No final do exercício	0,00	0,00
Provisão no exigível a longo prazo	0,00	0,00	No início do exercício	0,00	0,00
Total das origens de recursos	0,00	0,00	Passivo circulante		
			No final do exercício	0,00	0,00
			No início do exercício	0,00	0,00
			Aumento do capital circulante líquido	0,00	0,00

1 Contexto operacional

O Grupo foi constituído em 2 de setembro de 1996, sob a forma de Associação, de caráter empresarial. Para alcançar seus fins e objetivos, o grupo desdobrou suas atividades em vários setores no mercado de serviços. Para tanto, utilizou instalações, próprias ou de terceiros, principalmente o imóvel denominado Sede, de sua propriedade, inaugurado em outubro de 1997. Os recursos são obtidos por meio de receitas decorrentes da venda de produtos e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor e de vendas provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicas).

2 Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as disposições aplicáveis às instituições de fins lucrativos. (a) **Aprovação do superávit (déficit)**: As receitas e despesas são reconhecidas observando o regime de competência de exercício. As receitas de doações, subvenções e proventos dos avulsos são reconhecidas no resultado quando recebidas, e sem finalidade de transferir as atividades. (b) **Ativo circulante**: As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos a Curto Prazo - FIF, estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos. A provisão para créditos de cobrança duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela administração suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber. Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. Os bens ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações mensuradas auferidas. (c) **Passivo circulante**: São demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações mensuradas incorridas.

3 Caixa e bancos

As disponibilidades de caixa, em 31 de dezembro de 2004, incluem valor do lucro recebido em novembro de 2004 da Fundação no montante de R\$ 0,00 (já não convertíveis), equivalente a R\$ 0,00.

As Administrações

Grupo

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Grupo - em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 e as correspondentes demonstrações de superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos dos exercícios fideiussuários. Essas demonstrações foram elaboradas sob a responsabilidade da administração da entidade. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Conforme descrito no item 13 às demonstrações financeiras, o grupo mantém registrada uma provisão no montante de R\$ 0,00 referente a 30% do valor arrecadado nos exercícios de 2003 e de 2004, montante esse a ser aplicado na construção de um imóvel a ser denominado Sede 2. Esse fato não constitui um passivo exigível do grupo, pois se trata de uma provisão financeira para desembolso futuro. Consequentemente, o patrimônio social dos exercícios fideiussuários em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 está reduzido por R\$ 0,00 e o superávit do exercício de 2004 está reduzido em R\$ 0,00.

3. Somos de parecer que, exceto quanto: (i) a eventuais efeitos que possam advir do assunto mencionado no parágrafo 3 e (ii) aos efeitos no patrimônio social dos exercícios fideiussuários em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 e do superávit do exercício de 2003, decorrentes do assunto mencionado no parágrafo 4, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e o superávit (déficit) das operações, as mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de recursos dos exercícios fideiussuários, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2005.

Presidente

Vice-Presidente

Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou a Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Notas Explicativas, Parecer dos Auditores Independentes e destinação do Superávit do Exercício, relativos ao exercício encerrado em

31 de dezembro de 2004. 2. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal, entendendo que estas demonstrações representam de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, a situação econômico-financeira do Grupo, consideraram aprovadas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2005.

Presidente
Membro
Membro



O CONTROLE E A INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DE UMA PEQUENA EMPRESA PARA REDUÇÃO DOS TRIBUTOS E OTIMIZAÇÃO DOS LUCROS*



* TRABALHO APRESENTADO NO 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE -
OUTUBRO DE 2004.



RESUMO

As pequenas empresas têm um papel importante na economia brasileira, embora não possuam controles e informações contábeis capazes de auxiliar os pequenos empresários em suas decisões. Costa (2004), em sua pesquisa, constatou que um dos maiores problemas por elas enfrentados é a falta do conhecimento dos pequenos empresários sobre o que são controles e informações contábeis e a confusão que fazem sobre a Contabilidade e a Legislação Tributária. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é mostrar que um bom controle e uma boa informação contábil poderá auxiliar as pequenas empresas no planejamento tributário, fazendo com que elas diminuam seus gastos com tributos e, conseqüentemente, aumentem sua lucratividade. O trabalho será conduzido pelo método de estudo de caso e terá como laboratório uma Pequena Empresa, que usa desse instrumento para melhorar seus resultados. Com isso, concluiremos que essas ferramentas são de muita importância para essas empresas, pois constituem uma forma lícita de reduzir despesas e alavancar os lucros.



INTRODUÇÃO

No cenário mundial, as Pequenas Empresas têm um papel fundamental na economia, sendo fontes fidedignas de renda e emprego. No Brasil, não é diferente; essas empresas contribuem maciçamente para a economia e possuem uma grande representatividade e responsabilidade no rol das empresas nacionais. Contudo, elas vivem em uma conjuntura, onde a concorrência, a má gerência e a falta de controle e informações têm afetado, bruscamente, a situação econômica e financeira destas empresas, as quais representam cerca de 98% das empresas brasileiras. Assim, é necessário que essas empresas se modernizem, buscando alternativas que minimizem os problemas encontrados em suas administra-

ções. A utilização de controles e informações contábeis é uma forma de contribuir e garantir uma melhor gestão, pois serve como embasamento para auxiliar os pequenos empresários em suas decisões.

Conforme pesquisa efetuada por Costa (2004), um dos maiores problemas, que ocorrem dentro das pequenas empresas, é a falta de conhecimento, por parte dos pequenos empresários, do que seja controle e informações contábeis e, principalmente, a confusão que eles fazem sobre o objetivo da Contabilidade e a Legislação Tributária, esquecendo-se de que o fisco é apenas um usuário da contabilidade e que o grande objetivo da mesma é fornecer informações para a tomada de decisões. Sendo assim, as informações e os controles contábeis têm um papel importante na administração das

pequenas empresas, inclusive na gestão e no planejamento tributário, o que pode gerar redução nos gastos tributários, otimizando os lucros em determinados períodos. Estes fatos exigem que as pequenas empresas elaborem um planejamento tributário baseado nos controles e nas informações contábeis, o que as levará a melhores resultados, pois essa ferramenta não está apenas ao alcance das grandes empresas, mas, sim, de todas as pessoas que querem, de uma forma lícita, diminuir seus gastos tributários.

O presente trabalho foi efetuado por meio de um estudo de caso em uma pequena empresa que se utiliza desse instrumento para minimizar os gastos com impostos e otimizar seu lucro. O estudo feito de maneira prática envolve uma pequena empresa do setor comercial, cujo nome será omitido



para preservar a integridade dessa empresa, uma vez que a mesma é uma sociedade limitada, não sendo obrigada a divulgar suas informações contábeis.

Denomina-se, doravante, como pseudônimo da empresa: “Comercial Planejar Ltda”, que será utilizado nos exemplos.

O caso a ser apresentado foi vivido pelo autor em uma de suas experiências na vida profissional como contador e consultor de pequenas empresas, sendo que a empresa exemplo serviu como laboratório para estudos sobre o controle contábil para diminuição, de uma forma legal, dos gastos com impostos federais e terá como base a Legislação Tributária, bem como obras sobre o assunto.

Este trabalho foi conduzido pelo método de estudo de caso, que se tem mostrado uma ferramenta útil para o estudo de temas contemporâneos. Para Cobra (1986), um estudo de caso pode ser conceituado como a descrição de uma situação ou problema administrativo, objeto de decisão que foi determinado ou necessita ser tomado. Já Haguette (1987) define o estudo de caso, como sendo a análise minuciosa e objetiva de uma situação real que foi investigada.

Portanto, o objetivo deste estudo de caso é verificar que, por meio de um planejamento tributário, baseado nos controles e nas informações contábeis, as pequenas empresas têm oportunidade de reduzir seus gastos tributários e melhorar seus resultados.

O CONTROLE E A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Na introdução ao estudo de controles e a informações contábeis, primeiramente, é necessário identificar os objetivos da contabilidade. Sendo assim, a Resolução 774 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) diz que:

“o objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob uma ótica pragmática, a aplicação da contabilidade a uma entidade particularizada busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios”.

Com isso, percebe-se que a informação contábil é gerada pela contabilidade com o intuito de auxiliar os diversos usuários no processo decisório. A APB (Accounting Principles Board)¹ apud Hendriksen e Breda (1999, p. 80), em seu pronunciamento 4, afirmou que “o objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas”. Para Ludícibus e Marion (2002, p. 53):

“O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade”.

Neste sentido, todas as empresas, inclusive as pequenas, precisam gerar informações úteis que servirão de apoio para as decisões. A informação, para Stair e Reynolds (2002, p. 23), “é uma coleção de fatos organizados de modo que adquirem um valor adicional além do valor dos próprios fatos”. Para os autores, as informações são valiosas para a organização, são precisas, completas, econômicas, flexíveis, confiáveis, relevantes, simples, pontuais, verificáveis, acessíveis e seguras. Logo, o valor da informação está ligado ao modo com que auxilia os gestores a tomarem decisões e a alcançarem metas.

Além de informações, a contabilidade é capaz de gerar controles, que para Padoveze (2003, p. 28):

“É um processo contínuo e recorrente que avalia o grau de aderência entre os planos e sua execução, compreendendo a análise dos desvios ocorridos, procurando identificar suas causas e direcionando ações corretivas. Além disso, deve observar a ocorrência de variáveis no cenário futuro, visando assegurar o alcance dos objetivos”.

¹ Conselho de Princípios Contábeis

propostos. Dentro do enfoque sistêmico, o controle faz também o papel de feedback ou retroalimentação do sistema”.

Martins (2001) diz que controlar significa conhecer a realidade, compará-la com o que deveria ser, conhecer, de forma rápida, as divergências e as origens e tomar atitudes para sua correção. Com isso, o controle visa diminuir a ocorrência de qualquer problema durante a realização de uma atividade, pois ele é o ato de fiscalizar ou controlar uma determinada atividade para que ela seja desempenhada dentro das normas estabelecidas, atingindo o máximo de eficácia.

Tanto o controle, como a informação contábil são peças indispensáveis na administração das empresas, independente de seu porte ou ramo de atividade. Além disso, eles são capazes de subsidiar decisões importantes e auxiliar na gestão do negócio como um todo.

“**Tanto o controle, como a informação contábil são peças indispensáveis na administração das empresas, independente de seu porte ou ramo de atividade.**”

O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário, a princípio, é praticado com maior intensidade pelas grandes corporações, portanto precisa também ser desempenhado pelas pequenas empresas como forma legal de minimizar os gastos com tributos de várias espécies.

Planejar, segundo o dicionário Aurélio², é:

1. Fazer o plano ou planta de; projetar, traçar;
2. Fazer o planejamento de; elaborar um plano ou roteiro de; programar, planificar;
3. Fazer tenção ou resolução de; tencionar, projetar.

Sendo planejar o ato de programar ou elaborar um plano e, é claro, fazer um projeto, entende-se que os atos premeditados de uma entidade, a seu favor, são formas de planejamento. Portanto, uma empresa pode ter um planejamento financeiro, contábil, operacional, de produção, fiscal, entre outros. Nesse capítulo, destaca-se o tributário.

O planejamento tributário como um controle contábil tem a possibilidade de reduzir as despesas tributárias e aumentar o lucro da empresa.

Glautier e Underdown *apud* Catelli (2001, p. 157) definem o planejamento como:

“a mais básica de todas as funções administrativas, e a habilidade pela qual essa função é desempenhada determina o sucesso de todas as operações. Planejar pode ser definido como o processo de pensamento que precede a ação e está direcionado para que se tomem decisões no momento presente com o futuro em vista”.

O planejamento tributário, portanto, é a forma legal e lícita de se economizar impostos. Borges *apud* Santos (2003, p.60) diz que:

“A natureza ou essência do Planejamento Tributário consiste em organizar os em-

preendimentos econômico-mercantis da empresa, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas capazes de bloquear a concretização da hipótese de incidência fiscal ou, então, de fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou no tempo que lhe sejam mais propícios. Trata-se, assim, de um comportamento técnico-funcional, adotado no universo dos negócios, que visa excluir, reduzir ou adiar os respectivos encargos tributários (grifou-se).

(...) o Planejamento Tributário (é) uma técnica gerencial que visa projetar as operações industriais, os negócios mercantis e as prestações de serviços, visando conhecer as obrigações e os encargos fiscais inseridos em cada uma das respectivas alternativas legais pertinentes para, mediante meios e instrumentos legítimos, adotar aquela que possibilita a anulação ou adiamento do ônus fiscal. O instituto que respalda este comportamento gerencial no universo da tributação tem sido denominado mediante várias expressões. Assim, alguns estudiosos adotam a expressão **evasão fiscal legítima**; outros, adeptos de uma maior sofisticação tecnológica, preferem a expressão **elisão fiscal**; e terceiros fazem alusão a um direito à **economia de impostos**”.

O Código Tributário Nacional, disposto pela Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, através de seu artigo 3º, define o tributo como sendo:

“...toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em Lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

O planejamento tributário tem uma abrangência para todas as pessoas físicas e jurídicas, bem como para micros, pequenas, médias e grandes empresas, o que pro-

² FER□

**DANIEL FONSECA COSTA
MARIANO YOSHITAKE**

porcionará uma forma lícita de diminuir os encargos tributários das pequenas empresas por intermédio do controle contábil.

A utilização dos controles e das informações contábeis no planejamento tributário é muito importante, pois, conforme proposto neste trabalho, quando se trata de formas de tributação federal, a opção deverá ser feita no início do ano e obrigatória por todo o exercício.

FORMAS DE TRIBUTAÇÃO FEDERAL

O Decreto 3000, de 26/03/1999, define que as empresas podem optar pelas seguintes formas de tributação: Simples, Lucro Presumido e Lucro Real, sendo que, para cada forma, existem normas e definições diferentes e, em algumas, restrições e vedações.

Os capítulos abaixo trarão uma breve descrição sobre as formas de tributação, para dar suporte ao planejamento a ser feito.

Simples

Podem optar pelo Simples as microempresas e as empresas de pequeno porte, sendo estas consideradas pelo artigo 185 do

Decreto 3.000/99 da seguinte forma:

I - microempresa - a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a cento e vinte mil reais³;

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a cento e vinte mil reais e igual ou inferior a um milhão e duzentos mil reais⁴.

A opção pelo Simples não está condicionada apenas à receita bruta auferida no ano. O Art. 20 da Instrução Normativa 355 SRF, de 29/08/2003, enumera as pessoas jurídicas, que, mesmo com uma receita bruta anual inferior a R\$ 1.200.000,00, não podem optar pelo Simples.

O Simples é calculado com base na receita bruta, que é "a venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos" (ART. 4º, da IN 355/2003).

No cálculo do Simples, estão contidos os seguintes impostos: IRPJ, PIS/PASEP, CSLL, COFINS, IPI e Contribuições para Seguridade Social a cargo da Pessoa Jurídica.



³ Redação dada pelo Art. 2º da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

⁴ Redação dada pelo Art. 3º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.

FOLHA DE PAGAMENTO

Nossos sistemas são utilizados por milhares de clientes, de todo o Brasil, desde 1986. Sempre atualizados conforme a legislação, possuem recursos e inovações que asseguram melhor visibilidade e segurança nos serviços, maior produtividade, liberdade operacional e excelente padrão de qualidade nos relatórios, valorizando o seu trabalho.

Nosso suporte técnico é feito por uma equipe dedicada e competente, que resolve suas dúvidas em minutos, no horário comercial ou no exclusivo plantão extra-expediente. Com FOLHA 6 e com FOCON 5, você faz a diferença. Confira:

Tel.: 0800 551 553 - Internet: www.folli.com.br

CONTABILIDADE

Folli
Informática

FOLHA 6

FOCON 5

As alíquotas do Simples são as seguintes (tabela 1):

TABELA I: TABELA PARA CÁLCULO E RECOLHIMENTO DO SIMPLES

	PERCENTUAIS POR FAIXA DE RECEITA BRUTA											
	MICROEMPRESAS			EMPRESAS DE PEQUENO PORTE								
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
	Até 60.000,00	De 60.000,01 a 90.000,00	De 90.000,01 a 120.000,00	Até 240.000,00	De 240.000,01 a 360.000,00	De 360.000,01 a 480.000,00	De 480.000,01 a 600.000,00	De 600.000,01 a 720.000,00	De 720.000,01 a 840.000,00	De 840.000,01 a 960.000,00	De 960.000,01 a 1.080.000,00	De 1.080.000,01 a 1.200.000,00
IRPJ	0	0	0	0,13%	0,26%	0,39%	0,52%	0,65%				
PIS/PASEP	0	0	0	0,13%	0,26%	0,39%	0,52%	0,65%				
CSLL	0	0,40%	1%	1%								
COFINS	1,80%	2%	2%									
Contribuições previdenciária empregador	1,20%	1,60%	2%	2,14%	2,28%	2,42%	2,56%	2,70%	3,10%	3,50%	3,90%	4,30%
TOTAL I	3%	4%	5%	5,40%	5,80%	6,20%	6,60%	7%	7,40%	7,80%	8,20%	8,60%
IPI	0,50%	0,50%										
TOTAL II	3,50%	4,50%	5,50%	5,90%	6,30%	6,70%	7,10%	7,50%	7,90%	8,30%	8,70%	9,10%
Serviços*	4,50%	6%	7,50%	8,10%	8,70%	9,30%	9,90%	10,50%	11,10%	11,70%	12,30%	12,90%

* Estabelecimentos de ensino fundamental, centro de formação de condutores, transporte terrestre de passageiros e carga, agências lotéricas, agências terceirizadas de correios e pessoas jurídicas que auferiram receita bruta decorrente de prestação de serviços em montante igual ou superior a 30% da receita bruta total acumulada, terão a alíquota acrescida em 50%.

** Caso o Estado e o Município tenham aderido ao SIMPLES, os percentuais serão acrescidos em até 1% para microempresa e até 2,50% para empresa de pequeno porte.

*** Os valores que excederem a 1.200.000,00, dentro do próprio ano-calendário, ficarão sujeitos aos percentuais da coluna XII, acrescidos de 20%.

Fontes: COAD. Manual de Obrigações Fiscais. 2003. Instrução Normativa 355 SRF, de 29/08/2003.

IOB. Boletim IOB



DANIEL FONSECA COSTA MARIANO YOSHITAKE

Lucro Presumido

As pessoas jurídicas que obtiverem uma receita bruta total, no ano-calendário, inferior a R\$ 48.000.000,00, poderão optar pelo Lucro Presumido⁵.

A base de cálculo do Lucro Presumido será estabelecida por meio de um percentual aplicado sobre a receita bruta, conforme tabela 2 e, logo após, sofrerá a incidência da alíquota do Imposto de Renda que é de 15% sobre a base de cálculo apurada e de

10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder, mensalmente, a R\$ 20.000,00.

TABELA 2: PERCENTUAIS APLICÁVEIS SOBRE A RECEITA BRUTA PARA DETERMINAÇÃO DO LUCRO PRESUMIDO

ATIVIDADE	%
Revenda para consumo de combustível derivado de petróleo, álcool etílico e gás natural.	1,6
Prestação de serviços, pelas sociedades civis, relativos ao exercício de profissões legalmente regulamentadas.	32
Prestação de serviços em geral.	
Intermediação de negócios (inclusive representação comercial por conta de terceiros e corretagem de seguros, imóveis e outros).	
Administração, locação ou cessão de bens móveis e imóveis (exceto a receita de alugueis, quando a pessoa jurídica não exceder a atividade de locação de imóveis).	
Administração de consórcio de bens duráveis.	
Cessão de direitos de qualquer natureza.	
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão-de-obra.	
Serviços de transporte, exceto cargas.	16
Revenda de mercadorias.	8
Venda de produtos de fabricação própria.	
Industrialização por encomenda (material fornecido pelo encomendante).	
Atividade Rural.	
Representação comercial por conta própria.	
Loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda.	
Execução de obras da construção civil, com emprego de materiais.	
Prestação de serviços hospitalares.	
Transporte de cargas.	
Outras atividades não caracterizadas como prestação de serviços.	

1) “No caso de diversificação de atividade de uma mesma empresa, deverá ser adotado o percentual de lucratividade correspondente a cada uma delas”.

2) “As pessoas jurídicas cujas atividades sejam, exclusivamente, prestação de serviços, podem utilizar, para determinação da base de cálculo, o percentual de 16%, desde que as respectivas receitas não ultrapassem, no respectivo ano-calendário, o limite de R\$ 120.000,00. A redução para 16% não se aplica aos serviços de profissões legalmente regulamentadas”.

Fonte: COAD. Manual das obrigações fiscais: como cumprir as obrigações. Art. 518 e 519 do Decreto 3.000, de 1999.

⁵ Redação □

Não podem optar pelo lucro presumido todas as empresas que são obrigadas a apurar o imposto de renda pelo lucro real, enumeradas no capítulo específico sobre lucro real.

As pessoas jurídicas, que optarem pelo Lucro Presumido, além do Imposto de Renda de 15% sobre a base de cálculo (apurada por intermédio dos percentuais incidentes sobre a receita bruta de cada período, constantes na tabela 2) e do adicional do imposto de renda de 10% sobre a base de cálculo (que ultrapassar R\$ 20.000,00 por mês) devem pagar os impostos e contribuições relacionadas na tabela 3:

TABELA 3: IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELAS EMPRESAS OPTANTES PELO LUCRO PRESUMIDO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
IRPJ	Lucro presumido (tabela 1)	15%
Adicional do IRPJ	Valores que excederem em R\$ 20.000,00 da base de cálculo.	10%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)	A base de cálculo é de 12% sobre a receita bruta do período. A partir de 09/2003, a base de cálculo para as receitas provenientes de prestação de serviço passará a ser de 32% ⁽¹⁾ .	9%
PIS/PASEP	Receita bruta auferida no período.	0,65%
COFINS	Receita bruta auferida no período.	3%
Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica ⁽²⁾	Salários de empregados	26,80% 27,80% 28,80%
Contribuição para a Seguridade Social	Retiradas Pró-Labore e Remuneração a Autônomos	20%

(1) Redação dada pelo Artigo 22 da Lei 10.684, de 30/05/2003, que alterou o Artigo 20 da Lei 9.249, de 26/12/1995.

(2) A alíquota está relacionada com o grau de risco da atividade.

Fonte: Legislação Federal

Lucro Real

Segundo o Art. 247 do Decreto 3.000, de 1999, "Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou amortizadas...".

Essa forma de tributação estabelecida pela Legislação do Imposto de Renda está ao alcance de qualquer empresa, ou seja, todas as empresas, independentemente de seu ramo de atividade ou do seu porte, podem optar pela tributação com base no

lucro real. A legislação, portanto, não define as empresas que podem optar pelo Lucro Real, mas define aquelas que estão obrigadas a fazer esta opção.

Certas atividades só podem tributar o Imposto de Renda pelo Lucro Real e essas pessoas jurídicas são definidas pelo Art. 246 do Decreto 3.000, de 1999, transcrito abaixo:

Art. 246. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas (Lei nº 9.718, de 1998, art. 14):

I - cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de quarenta e oito milhões de reais, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses⁶;

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas

**DANIEL FONSECA COSTA
MARIANO YOSHITAKE**

de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 222;

VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras

de direitos creditórios resultante de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

Parágrafo único. As pessoas jurídicas não enquadradas nos incisos deste artigo poderão apurar seus resultados tributáveis com base nas disposições deste Subtítulo.

Sendo assim, a base de cálculo do Imposto de Renda é o Lucro Real, no qual irá incidir uma alíquota de 15% e o excedente desse lucro que ultrapassar R\$ 20.000,00 sofrerá a incidência do adicional do Imposto de Renda, que é de 10%.

A apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real se dá de duas formas: a primeira é a apuração trimestral do imposto em

31/03, 30/06, 30/09 e 31/12; e a segunda é a apuração anual com base no Lucro Real de 31/12/2003, sendo que o imposto deve ser calculado, mensalmente, através dos balancetes de redução ou suspensão ou através de estimativa, cuja tabela de apuração do lucro estimado é a mesma do lucro presumido (tabela 2).

Para efeito deste trabalho, utilizar-se-á a forma anual de tributação por entender que é a maneira mais dinâmica e eficiente de se apurar o Imposto de Renda. Além do Imposto de Renda, que é calculado em 15% sobre o lucro ajustado (lucro real) em cada mês, as empresas que optarem pelo lucro real deverão pagar os demais impostos relacionados na tabela 4.

TABELA 4: IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELAS EMPRESAS OPTANTES PELO LUCRO REAL

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
IRPJ	Lucro real (lucro líquido ajustado)	15%
Adicional do IRPJ	Valores do lucro real mensal que excederem R\$ 20.000,00	10%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)	Lucro líquido ajustado.	9%
PIS/PASEP	Receita bruta auferida no período. A partir de 12/2002, o PIS tornou-se não-cumulativo, sendo permitido o aproveitamento de crédito.	0,65% 1,65% ⁽¹⁾
COFINS	Receita bruta auferida no período.	3% 7,6% ⁽²⁾
Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica ⁽³⁾	Salários de empregados	26,80% 27,80% 28,80%
Contribuição para a Seguridade Social	Retiradas Pró-Labore e Remuneração a Autônomos	20%

(1) Alíquota a ser utilizada pelas empresas optantes pelo lucro real, a partir de 12/2002.

(2) Alíquota a ser utilizada pelas empresas optantes pelo lucro real, a partir de 04/2004.

(3) A alíquota está relacionada com o grau de risco da atividade.

Fonte: Legislação Federal

⁶ Redação dada pelo Art. 46 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

O ESTUDO DE CASO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO CONTROLE E DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DAS PEQUENAS EMPRESAS

Como foi dito, o planejamento tributário com base no controle contábil das pequenas empresas é de vital importância, pois com ele se pode aumentar os lucros através da diminuição dos gastos com impostos. O exemplo a seguir, foi extraído da empresa Comercial Planejar Ltda⁷ que, aproximadamente há alguns anos, vem desenvolvendo um controle contábil⁸ para auxiliar a administração em suas decisões. Nesse controle, o que chamou a atenção foi a possibilidade de reduzir, de uma forma legal, os impostos da empresa em cada ano. Para isso, foi necessário verificar se a empresa estava condicionada ou restrita às opções de tributação apresentadas acima. Feita essa observação, verificou-se que a empresa era comercial e sua receita bruta anual não ultrapassava R\$ 1.200.000,00.

Sendo assim, essa empresa poderia optar pelo Simples, pelo Lucro Presumido ou pelo Lucro Real.

Através do conhecimento empírico, notou-se que a maioria das empresas que, não tendo vedação e possuindo uma receita bruta até R\$ 1.200.000,00, faziam a opção pelo Simples, por ser mais fácil, ou por pensar que, por ser Simples, será menos oneroso. Portanto, poucas empresas de pequeno porte fazem um planejamento tributário para verificar a forma menos onerosa de pagar tributos. Porém, na Comercial Planejar é diferente. O primeiro passo foi a implantação de um sistema de contabilidade eficiente, o qual é capaz de registrar toda a movimentação da empresa, apurar seus resultados e emitir as demonstrações contábeis. Nesse ponto da execução do trabalho, a preocupação do empresário não era com a informação e, sim,

em diminuir seus gastos de uma forma ou de outra, mas prevendo que a informação seria a única forma de controlar os gastos tributários da empresa.

Assim, decidiu-se começar o controle contábil pela forma de tributação, que antes era feito da maneira mais simples, sem preocupação com o planejamento. Com essa decisão, implantou-se um sistema de orçamento anual, o qual previa a receita e as despesas do ano subsequente. Esse orçamento foi implantado com o objetivo, a princípio, de planejar a melhor opção de tributação, uma vez que a empresa deve fazer essa escolha no princípio do ano, a qual será irrevogável e terá validade para o restante do ano e, como objetivo principal, a mensuração do resultado do exercício seguinte.

O exemplo a ser exposto tem como base um ano-calendário qualquer (utilizaremos como exemplo 2005), sendo que o orçamento deve ser elaborado até dezembro do ano anterior ao exercício (para os exemplos, será utilizado 2004) do qual se pretende fazer o planejamento. Para se ter um bom planejamento tributário é necessário que o orçamento seja elaborado todos os anos e que se faça uma revisão na Legislação Tributária, devido às constantes mudanças.

Na apuração dos resultados, os impostos não-cumulativos foram tratados de forma líquida, ou seja, o débito menos o crédito, para se ter uma visualização dos gastos e desembolsos tributários. Com isso, o custo das mercadorias vendidas foi considerado pelo custo médio de entrada, sem o efeito do crédito dos tributos não-cumulativos.

Dados orçamentários

O quadro 1 traz informações sobre as vendas mensais que a empresa orçou para o ano de 2005. Essas vendas serão utilizadas para cálculo dos impostos sobre as vendas e as informações foram extraídas do orçamento anual. Outras informações de muita importância para o planejamento tributário de uma pequena empresa são as despesas e os custos, que serão utilizados, principalmente, para a apuração do lucro real. As despesas da Comercial Planejar foram extraídas do orçamento de 2005 e podem ser verificadas no Quadro 2. As informações sobre as despesas e custos foram colhidos de forma acumulada em todo o ano orçado, uma vez que a sua utilização no planejamento da empresa se dará desta forma.

QUADRO 1: VENDAS MENSAIS

MÊS	VENDAS	MÊS	VENDAS
01/2005	98.000	07/2005	90.000
02/2005	94.000	08/2005	105.000
03/2005	92.000	09/2005	110.000
04/2005	97.000	10/2005	101.000
05/2005	101.000	11/2005	114.000
06/2005	80.000	12/2005	70.000
		TOTAL	1.152.000

⁷ Nome fictício para preservar a integridade das informações da empresa.

⁸ O controle contábil vem sendo desenvolvido e acompanhado pelo autor deste trabalho.

QUADRO 2: DESPESAS ANUAIS

DESPESAS ANUAIS

CMV	852.480
Salários	42.600
ICMS	49.536
Energia Elet.	5.960

DESPESAS ANUAIS

Depreciação	21.600
Desp. Financ.	8.160
Retirada	10.800
Desp. Gerais	56.800

TOTAL	1.047.936
--------------	------------------

Cálculo do Simples

O cálculo do Simples é efetuado mensalmente de acordo com as alíquotas apresentadas na tabela 1. A evolução das alíquotas é feita de forma gradativa e se dá de acordo com a receita bruta acumulada em cada mês e, sempre no início de cada ano, a alíquota volta a ser cobrada de acordo com a primeira

classe da tabela 1. O cálculo previsto no orçamento de 2003 da empresa Planejar foi efetuado conforme o Quadro 3, onde se pode observar as vendas mensais, a receita bruta acumulada em cada mês, a evolução das alíquotas com base na receita bruta, o cálculo do imposto a recolher e o valor total do SIMPLES a ser pago pela empresa, caso ela opte por essa tributação.

QUADRO 3: CÁLCULO DO SIMPLES

MÊS	VENDAS	REC.BRUTA ACUM.	ALÍQUOTA	SIMPLES
01/2005	98.000	98.000	5,4%	5.292
02/2005	94.000	192.000	5,4%	5.076
03/2005	92.000	284.000	5,8%	5.336
04/2005	97.000	381.000	6,2%	6.014
05/2005	101.000	482.000	6,6%	6.666
06/2005	80.000	562.000	6,6%	5.280
07/2005	90.000	652.000	7%	6.300
08/2005	105.000	757.000	7,4%	7.770
09/2005	110.000	867.000	7,8%	8.580
10/2005	101.000	968.000	8,2%	8.282
11/2005	114.000	1.082.000	8,6%	9.804
12/2005	70.000	1.152.000	8,6%	6.020
TOTAL				80.420

Conforme o disposto no quadro 3, se a empresa optar pelo SIMPLES, o total de tributos a ser pago no ano será de R\$ 80.420,00.



Cálculo do lucro presumido

O orçamento para 2005 da empresa Comercial Planejar Ltda também prevê o cálculo para pagamento de impostos com base no Lucro Presumido. Porém, com a opção por esse sistema, a empresa deixa de pagar um único tributo (no caso do SIMPLES) e passa a pagar vários impostos e contribuições como se pode ver no

Quadro 4. Os impostos e contribuições apresentados no Quadro 4 são calculados através de diversas bases de cálculo que podem ser observadas na Tabela 3.

O quadro 4 mostra os cálculos dos impostos e contribuições extraídos do orçamento de 2005. Mostra, também, o total dos impostos e contribuições devidos pela empresa, caso ela opte pelo Lucro Presumido.

QUADRO 4: CÁLCULO DO LUCRO PRESUMIDO

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VR. TRIBUTADO
PIS	1.152.000	0,65%	7.488
COFINS	1.152.000	3%	34.560
IRPJ ⁽¹⁾	92.160	15%	13.824
CSLL ⁽²⁾	138.240	9%	12.441
INSS SALÁRIOS	42.600	27,8%	11.843
INSS RETIRADA	10.800	20%	2.160
TOTAL			82.316

(1) Base de cálculo = 1.152.000 x 8%

(2) Base de cálculo = 1.152.000 x 12%

Se a empresa optar pelo lucro presumido, o total dos gastos tributários anuais será de R\$ 82.316,00 conforme quadro 4.

Cálculo do lucro real

Para finalizar o cálculo dos impostos e se conseguir um meio de informação da melhor forma de tributação, o orçamento de 2005 da empresa Comercial Planejar Ltda. também previu a apuração dos impostos e contribuições pelo Lucro Real.

A marcante entre o Lucro Presumido e o Lucro Real é que no Lucro Real o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base no lucro líquido ajustado (lucro real). Portanto, se uma empresa estiver dando prejuízo e optar pelo lucro presumido, ela pagará, mesmo assim, o imposto de renda e a

contribuição social, o que não acontece com o Lucro Real.

Outro ponto que difere o Lucro Real do Presumido é que no Lucro Real o PIS e a COFINS são calculados de forma não-cumulativa, ou seja, é possível a recuperação de créditos em operações de entrada.

Assim, a empresa Planejar efetuou os cálculos dos impostos e contribuições com base no Lucro Real, conforme o Quadro 5, no qual consta o total dos tributos a ser recolhido por ela, caso opte por esse sistema de tributação.

Para apuração do Lucro Real, a empresa elaborou o Quadro 6, que apura o lucro líquido ajustado para servir de base de cálculo para apuração do imposto de renda e da contribuição social. Na apuração do lucro real, a empresa não previu adições e exclusões do lucro líquido.



QUADRO 5: CÁLCULO DO LUCRO REAL

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VR. TRIBUTADO
PIS ⁽¹⁾	1.152.000	1,65%	4.353
COFINS ⁽²⁾	1.152.000	7,60%	20.049
IRPJ ⁽³⁾	51.148	15%	9.849
CSLL ⁽⁴⁾	51.148	9%	5.909
INSS SALÁRIOS	42.600	27,8%	11.843
INSS RETIRADA	10.800	20%	2.160

TOTAL 54.163

- (1) Crédito PIS = $888.200,00 \times 1,65\% = 14.655$ \ddagger $(19.008 - 14.655 = 4.353)$
 (2) Crédito COFINS = $888.200,00 \times 7,60\% = 67.503$ \ddagger $(87.552 - 67.503 = 20.049)$
 (3) Base de cálculo = $1.152.000 \times 8\%$
 (4) Base de cálculo = $1.152.000 \times 12\%$

Segundo informações obtidas no quadro 5, se a opção de tributação escolhida pela empresa for o lucro real, ela terá um gasto anual com tributos de R\$ 54.163.

Comparação entre o SIMPLES, Lucro Real e Lucro Presumido

A parte mais fascinante do controle contábil como sistema de informações para auxiliar nas decisões de planejamento tributário é o resultado que ele apresenta. O resultado, portanto, é a comparação entre os gastos que a empresa terá, caso ela opte pelo SIMPLES, Lucro Presumido ou Lucro Real.

O quadro 7 faz essa comparação, detalhando o total dos impostos e das contribuições apuradas em cada sistema de apuração de impostos, verificando-se que, caso a empresa opte pelo SIMPLES, terá um gasto tributário de R\$ 80.420,00; caso ela opte pelo Lucro Presumido, terá um gasto de R\$ 82.316,00; e, caso opte pelo Lucro Real, terá um gasto de apenas R\$ 54.163,00.

A vantagem do Lucro Real é totalmente visível quando, aparentemente, seria o SIMPLES a melhor opção. Fazendo uma comparação entre o SIMPLES (opção menos trabalhosa) e o Lucro Real (opção mais trabalhosa), tem-se uma economia anual de R\$ 26.257,00, o que representa uma economia média mensal de aproximadamente R\$ 2.188,00.

REAL QUADRO 6: APURAÇÃO DO LUCRO

DRE	
Receita Bruta	1.152.000
(-) Dedução da Receita Bruta	(73.938)
Receita Líquida	1.078.062
(-) CMV	(852.480)
Lucro Bruto	225.582
(-) Despesas Operacionais	(159.923)
Lucro antes do IR e CS	65.659
Adições	0
Exclusões	0
Lucro Real	65.659

QUADRO 7: COMPARAÇÃO ENTRE SIMPLES, LUCRO PRESUMIDO E LUCRO REAL

COMPARAÇÃO DOS IMPOSTOS NO ANO

IMPOSTOS	SIMPLES	PRES.	LREAL
SIMPLES	80.420	-	-
PIS	-	7.488	4.353
COFINS	-	34.560	20.049
IRPJ	-	13.824	9.849
CSLL	-	12.442	5.909
INSS SAL.	-	11.843	11.843
INSS RET.	-	2.160	2.160
TOTAL IMP.	80.420	82.316	54.163



Outra comparação importante é o impacto que cada tipo de tributação tem sobre o lucro líquido da empresa. Para isso, o quadro 8 traz a demonstração do resultado do exercício orçado para 2003 da empresa Comercial Planejar. Caso a empresa optasse pelo SIMPLES, o seu lucro seria R\$ 23.644,00, enquanto que no Lucro Real, a empresa teria um lucro de R\$ 49.901,00, sendo que a diferença de R\$ 26.257,00 refere-se à economia nos tributos.

QUADRO 8: DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO COMPARATIVA

DEMOSTRAÇÃO DO RESULTADO COMPARATIVA PARA 2003

	SIMPLES	L.PRESUMIDO	L. REAL
RECEITA BRUTA	1.152.000	1.152.000	1.152.000
(-) DEDUÇÃO RECEITA BRUTA	(129.956)	(117.850)	(73.938)
ICMS	(49.536)	(49.536)	(49.536)
SIMPLES	(80.420)		
PIS		(7.488)	(4.353)
COFINS		(34.560)	(20.049)
IRPJ (Presumido)		(13.824)	
CSLL (Presumido)		(12.442)	
= RECEITA LÍQUIDA	1.022.044	1.034.150	1.078.062
(-) CMV	(852.480)	(852.480)	(852.480)
= LUCRO BRUTO	169.564	181.670	225.582
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(145.920)	(159.923)	(159.923)
Salários	(42.600)	(42.600)	(42.600)
INSS <i>sl</i> Salários		(11.843)	(11.843)
Energia Elétrica	(5.960)	(5.960)	(5.960)
Depreciação	(21.600)	(21.600)	(21.600)
Retirada Pró-Labore	(10.800)	(10.800)	(10.800)
INSS <i>sl</i> Retirada		(2.160)	(2.160)
Despesas Gerais	(56.800)	(56.800)	(56.800)
Despesas Financeiras	(8.160)	(8.160)	(8.160)
= LUCRO ANTES IR E CS	23.644	21.748	65.659
(-) IRPJ			(9.849)
(-) CSLL			(5.909)
= LUCRO LÍQUIDO	23.644	21.748	49.901

De acordo com o que foi apresentado no quadro, é bastante visível que o controle contábil, como instrumento de planejamento tributário, é de vital importância para uma empresa de pequeno porte, uma vez que ela poderá reduzir de uma forma legal seus tributos e, principalmente, alavancar seus lucros.

A Comercial Planejar vem praticando o planejamento tributário há alguns anos e

sua economia em relação aos gastos com impostos e contribuições é bastante relevante em relação a seu porte. A prática desse controle deve ser adotada por todas as pequenas empresas, uma vez que não existe uma receita que fale qual é a melhor opção. A única forma que se tem para saber a melhor opção é planejar, pois, em alguns casos, a economia é muito maior.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir que as informações e os controles contábeis são de suma importância na administração das pequenas empresas, inclusive na gestão e no controle dos tributos, uma vez que esses controles devem ser utilizados no planejamento tributário com a finalidade de

**DANIEL FONSECA COSTA
MARIANO YOSHITAKE**

reduzir, de uma forma lícita, os impostos das empresas. Portanto, é necessária a utilização desses métodos no planejamento, uma vez que a opção pelas formas de tributação se dá no início do ano, sendo válida por todo o exercício, o que exige um orçamento bem elaborado para minimizar a possibilidade de erro na opção.

No trabalho apresentado, conclui-se, também, que a empresa conseguiu, em um ano, ter uma redução das despesas tributárias no valor de R\$ 26.257,00, optando pelo Lucro Real em vez do SIMPLES, o que proporcionou um aumento no lucro na mesma ordem.

Por isso, a regra não é geral; todas as pequenas empresas devem manter controles e informações capazes de fazer comparações sobre a melhor forma de tributação, pois se em um determinado ano a melhor opção é o lucro real, no exercício seguinte poderá ser o SIMPLES ou o lucro presumido, ou, até mesmo, o lucro real novamente.

“ A parte mais fascinante do controle contábil como sistema de informações para auxiliar nas decisões de planejamento tributário é o resultado que ele apresenta. ”

A Comercial Planejar tem praticado o planejamento tributário, baseado nas informações e controles contábeis, há alguns anos, e sua economia em relação aos gastos com impostos e contribuições é bastante relevante perante o seu porte. A redução obtida pela empresa durante os anos, proporcionou-lhe um crescimento e uma melhor competitividade no mercado.

Assim, conclui-se que a prática desse controle deve ser adotada por todas as pequenas empresas, uma vez que não existe uma receita que fale qual é a melhor opção. A única forma que se tem para saber a melhor opção é planejar, pois em alguns casos a economia é muito maior. A utilização dos controles e das informações contábeis no planejamento tributário não se restringe apenas aos tributos federais, sendo que o mesmo pode e deve ser aplicado, também, aos tributos estaduais e municipais.

Cuca Fresca
Fornecedora de Sistemas
DP - Escrita Fiscal/Contabilidade
Solícite uma apresentação:
(0xx14) 2105 9000
www.cucafresca.com.br

**2006
Planejar o futuro é investir no presente...
Comece pelo seu sistema!**

Segurança e Confiabilidade no atendimento via mensagem; Conta Corrente Tributos; DCTF; Provisão do DP: Folha, Férias e 13º Salário; Geração de relatórios para clientes via e-mail; Arquivos Magnéticos: Federal, Estadual e Municipal; E muito mais...

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Bruno F. Machado; COSTA, Daniel Fonseca. *Controle Interno: necessidade, implantação, custo e benefício*. Belo Horizonte, 2001. 60 p. Monografia (Especialização em Auditoria Externa) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

BRASIL. Decreto 3.000, de 26 de março de 1999. *Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza*.

BRASIL. Instrução Normativa 355, de 29 de agosto de 2003. *Dispõe sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples)*.

BRASIL. Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. *Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências*.

BRASIL. Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. *Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências*.

BRASIL. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. *Altera a Legislação Tributária e dá outras providências*.

CATELLI, Armando. *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica GECON*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001. 570 p.

COBRA, Marcos. *Casos contemporâneos de Marketing, método do caso, formulário de análise*. São Paulo: Atlas, 1986. 318p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE; SEBRAE. *Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas*. 5ª ed. Brasília: CFC; SEBRAE, 2002. 136 p.

_____. *Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade*. 3ª ed. Brasília: CFC, 2001. 294 p.

_____. *Resolução CFC nº 750/93. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade*.

_____. *Resolução CFC nº 774/94. Aprova o apêndice à resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade*.

COSTA, Daniel Fonseca. *O controle e as informações contábeis nas pequenas empresas: um estudo na cidade de Formiga*. 2004. 112 p. Dissertação

(Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico – século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999. 550 p.

IOB. *Guia IOB de Contabilidade*. São Paulo: IOB.

_____. *Boletim IOB*. São Paulo: IOB.

IUDÍCIBUS, Sergio de. *Teoria da contabilidade*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 336 p.

_____, MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 286 p.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 388 p.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A.. *Sistemas de informações contábeis*. São Paulo: Atlas, 2002. 451 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 430 p.

_____. *Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação*. São Paulo: Thomson, 2003. 483 p.

SANTOS, Hemerson Ferreira dos. *Benefícios fiscais em empresas de pequeno porte: um estudo de caso de uma empresa em Aparecida de Goiânia – Goiás*. Florianópolis, 2003. 118 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. *Princípios de Sistemas de Informação*. Rio de Janeiro: LTC, 2002. 496 p.

YOSHITAKE, Mariano. *Teoria do Controle Gerencial*. São Paulo: IBRADEM, 2003.

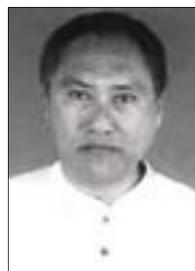


DANIEL FONSECA COSTA

Contador, pós-graduado em Auditoria, mestre em Ciências

Contábeis, professor e coordenador do curso de Ciências

Contábeis do UNIFOR-MG.



MARIANO YOSHITAKE

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEAI/USP e

coordenador do programa de mestrado em contabilidade da

Fundação Visconde de Cairu.



Desejamos aos nossos amigos e usuários um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo...

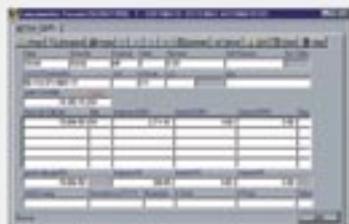
CONTMATIC PHOENIX

UM VÔO DE ALTA TECNOLOGIA

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INTEGRADOS



Seus Departamentos: Fiscal, Contábil e DP ficarão Surpresos...



Escrita Fiscal G5 Phoenix

O que dizer de um sistema que desde 1987 se mantém como o Best Sellers dos sistemas de livros fiscais.



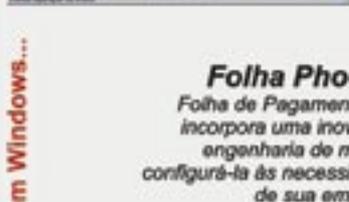
Jr Phoenix IRPJ

Tudo fica simples para quem utiliza o Jr. Até mesmo o lucro presumido.



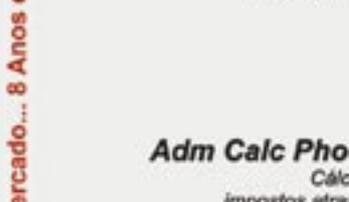
Contábil Phoenix

Agilidade, praticidade, rapidez de um sistema de contabilidade geral, mas que incorpora as principais características gerenciais.



Folha Phoenix

Folha de Pagamento que incorpora uma inovadora engenharia de modo a configurá-la às necessidades de sua empresa.



Adm Calc Phoenix

Cálculo de impostos atrasados.



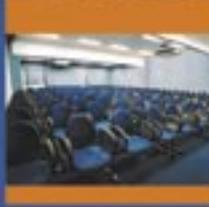
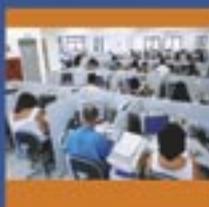
Gescon Phoenix

Gestão de Empresas Contábeis: Financeiro, contas a pagar e receber, fluxo de caixa, boletos, recibos, notas fiscais, protocolos, controle de atendimento e fluxo de trabalho, cálculo de lucratividade. Totalmente integrado aos sistemas Contmatic Phoenix, e muito mais...

18 Anos de Mercado... 8 Anos em Windows...



"Já recebemos todos estes Prêmios, mas a nossa maior conquista é ter você como nosso cliente... Nada pode substituir a confiança, que você cliente, sempre depositou em nossa empresa... É esta confiança que faz com que a Contmatic alcance sua grande meta do melhor atendimento junto aos seus Amigos e Clientes... Agradecemos a você, por mais este ano de amizade e parceria..."



Sistemas Contmatic



- E Mais:**
CEAD Contmatic Grátis!!! Cursos Especiais de Aprimoramento e Desenvolvimento.
TV-CEAD Grátis!!! Palestras e Cursos ao vivo e gravados pela Internet.
LEGALMATIC PHOENIX Grátis!!! Boletim Contmatic Online.
Suporte Delivery Contmatic Suporte Técnico na sua Empresa.
SRI Phoenix Grátis!!! Relatórios e Guias pela Internet.
MAC Grátis!!! Mensagens de Alerta Urgente Contmatic.
ENFS Phoenix - Grátis!!! Emissor de Notas Fiscais de Serviços.

www.contmatic.com.br

CONTMATIC PHOENIX

Rua Padre Estevão Pernet, nº 215 - Tatuapé
 São Paulo - SP - Cep 03315-000
 Fone / Fax: (11) 6942-6723

- Filiais:**
 ✓ Campinas (19) 3213-7007
 ✓ São José dos Campos (12) 3921-0888
 ✓ Marília (14) 3454-7774
 ✓ São José do Rio Preto (17) 222-6710
 ✓ Ribeirão Preto (16) 3967-3536

APURAÇÃO DA INFLAÇÃO INTERNA NAS EMPRESAS

INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em muitos países em desenvolvimento e, também, nos países chamados de primeiro mundo, só que em menor intensidade, existe um processo persistente e relativamente generalizado de aumento dos preços de bens e serviços ao longo de determinado período. O termo usualmente utilizado para designar esse processo no meio específico é **inflação**, significando que a moeda perde seu poder aquisitivo.

Assim como ocorre esse aumento de preços, pode ocorrer situação inversa, em que os preços recuam, tendo variação abaixo de zero ponto percentual, processo ao qual denomina-se **deflação**.

Para Bonassoli *"a inflação é caracterizada por alta persistente e generalizada dos preços dos bens de consumo duráveis, não-duráveis, bens de capital, insumos, mão-de-obra e recursos naturais"*. A inflação é usualmente reconhecida em três formas principais, a saber:

- **inflação de demanda** - ocorre quando há excesso de demanda para bens e serviços em relação à oferta;
- **inflação de custo** - ocorre quando há aumentos dos custos de produção, como salários, sem conseqüente aumento da produtividade;
- **inflação psicológica** - devido, principalmente, à falta de credibilidade do Governo e emissão desordenada de moeda, uma nova forma de inflação

passou a ser considerada no caso brasileiro: a psicológica ou inercial.

Para Pereira *"a inflação é um termo utilizado pelos economistas para designar um processo persistente, relativamente generalizado de aumento dos preços em vigor numa dada economia, observado ao longo de um dado período de tempo"*.

Para Zatta *"inflação é um processo no qual ocorre, num dado período de tempo, uma alta generalizada nos preços de bens e serviços e deflação é um processo no qual ocorre, num dado período de tempo, uma queda generalizada nos preços de bens e serviços"*.

A inflação pode ser medida em diferentes ambientes, os índices apontados pelos órgãos Dieese, Fipe, IBGE, FGV e Sinduscon-SP são decorrentes do estudo do comportamento dos preços de uma gama de produtos consumidos pelos consumidores na economia nacional, portanto, em um ambiente macro.

A contabilidade utilizava-se de índices oficiais para corrigir o patrimônio das organizações, a Lei 9.249/95, art. 4º, culminou na extinção dessa prática. Implementações do plano real em 02/07/1994, reduziram consideravelmente a inflação da economia brasileira. Independentemente de estar ou não extinta por Lei, a Correção Monetária está proibida para fins de apuração de resultados fiscais, porém, conforme a resolução do CFC nº 750, de 29/12/1993, capítulo II, seção V, art. 8º, parágrafo III, a Atualização Monetária faz parte dos Princípios Funda-

mentais de Contabilidade legalmente aceitos e que devem ser seguidos e respeitados pelas empresas em suas demonstrações contábeis. Atente-se que um é legislação fiscal e outro normas contábeis.

A inflação também pode ser mensurada em ambientes específicos como, por exemplo, em uma organização.

“ Como um ambiente econômico específico, a empresa tem sua própria inflação que, provavelmente, não coincidirá com a média nacional. ”



“Inflação da empresa é a apuração da variação percentual média ponderada dos custos e despesas da empresa de um período para outro. É o que denominamos inflação interna da empresa. O conceito básico de índices de inflação são as variações de preços nos produtos e serviços que a empresa consome. Portanto, durante o período de apuração das inflações, não se deve, em princípio, levar em consideração o volume de consumo de recursos. O volume ou a quantidade de consumo de recursos já está incorporado dentro das cestas-padrão para cálculo dos diversos tipos de inflação da empresa” (Padoveze, 2003, p.401).

Com relação especificamente às empresas, sabemos que muitas delas acabam utilizando-se de algum índice de preços, geral ou por atacado, para repor as perdas com a inflação, mas esse procedimento não é recomendável. Considerando que cada ambiente resulta em um índice, a utilização de indicadores oficiais pode induzir a graves erros de avaliação. Como um ambiente econômico específico a empresa tem sua própria inflação que, provavelmente, não coincidirá com a média nacional.

Calcular a inflação interna de uma empresa significa apurar as variações dos preços, através de percentuais, pela média ponderada dos custos e despesas, de um determinado período para outro.

Mesmo quando os índices externos apontam para uma baixa, ou ainda irrisória inflação ou até mesmo uma deflação, a empresa, sendo

um ambiente econômico específico, pode apresentar uma inflação interna relevante em virtude de ter volumosos aumentos nos seus custos e despesas.

Para entendermos de maneira simples os efeitos da inflação, podemos dizer que, se apurarmos uma deflação, significa que a rentabilidade da empresa apresentará uma melhora, mas se ocorrer o contrário, a inflação sem o devido reajuste dos preços de venda, com certeza a empresa apresentará perda na rentabilidade.

Pode ocorrer da empresa não poder imputar aos seus preços esse índice, em decorrência de fatores externos, mas o conhecimento do indicador estimulará os gestores a refletir sobre outras alternativas como reduzir custos ou melhorar a eficiência da produção.

Temos em nosso país uma vasta literatura sobre os métodos de cálculos de inflação, assim como um vasto número de instituições que fazem cálculos de inflação para ambientes macros. Mas, tratando-se do cálculo da inflação interna nas empresas é muito restrito o número de empresas que o fazem. No sentido de contribuir com a aplicação desse relevante instrumento, **tem como objetivo principal demonstrar o processo de apuração da inflação interna** com base em um estudo de caso, e como objetivo complementar, difundir o tema, buscando o despertar da consciência das empresas para mais esta ferramenta que o administrador tem na arte de administrar. Nosso método de estudo baseou-se nas

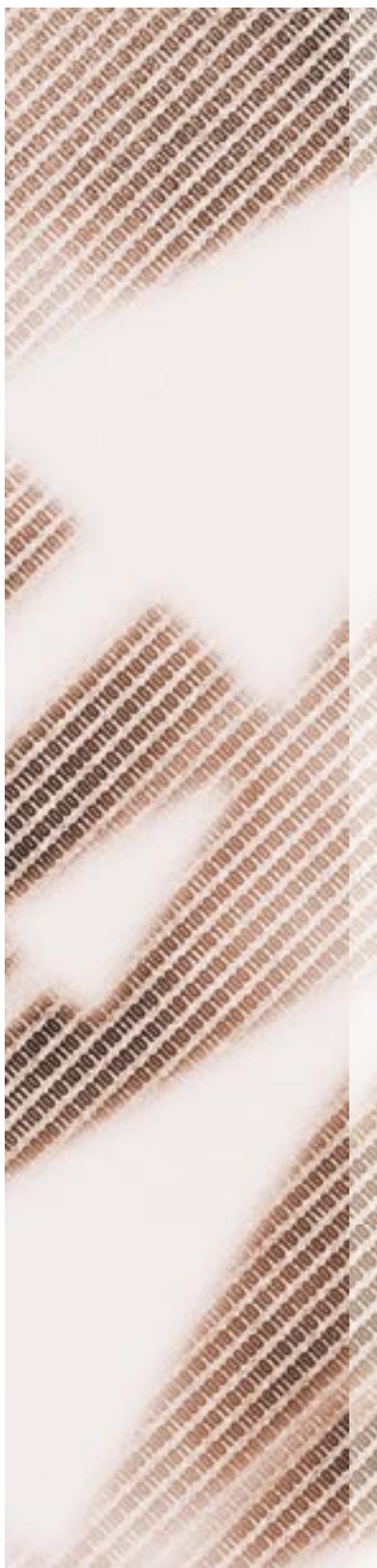
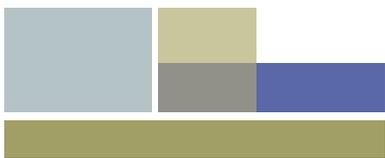
fontes teóricas constantes na bibliografia deste trabalho e no estudo de como as instituições, governamentais ou não, calculam a inflação.

Segundo Pereira *“as quantificações da inflação não são obtidas diretamente a partir dos preços, mas sim com base em indicadores sintéticos, habitualmente designados como índices de preços. Genericamente, um número índice é apenas uma relação entre dois valores, geralmente, referidos a momentos de tempo diferentes. O seu objetivo é o de facilitar a leitura da evolução, no tempo, de uma variável, bem como ajudar a realização de análises comparativas da evolução de duas ou mais variáveis com ordens de grandeza bastante díspares”.*

POR QUE CALCULAR A INFLAÇÃO INTERNA DA EMPRESA?

Segundo Padoveze *“a necessidade de um número que meça com rapidez as alterações nos custos e despesas da empresa é que fundamenta o cálculo da inflação interna da companhia. As alterações nos custos e despesas da empresa também podem ser obtidas através do levantamento periódico dos custos dos produtos”.*

É justamente aqui que o presente estudo mostra sua relevância, pois conhecer as alterações nos custos e despesas torna possível avaliar suas implicações práticas como atualização da peça orçamentária, desencadeando estudos na formação do



preço de venda; avaliação de contratos de serviços com cláusulas de reajuste; criação de relatórios em moeda constante; comparação com índices externos; detecção precoce de tendências futuras de aumento ou recuo de inflação etc.

Antes da manipulação desses dados para obtenção das variações sofridas nos custos e despesas, temos primariamente que entender a complexidade da estrutura do produto da empresa e dos respectivos processos de fabricação.

A coleta dos dados deverá ser realizada, através de relatórios gerados pelo sistema de informações, que hoje está presente na grande maioria das empresas de médio e grande porte. Para manuseio desses dados, planilhas do Excel servirão como ferramenta auxiliar para o cálculo das diversas cestas de participações e, por fim, da inflação interna.

Cestas de participação é a distribuição percentual de participação de cada gasto em relação ao total de gastos. Para sua elaboração, a empresa deve se valer do seu orçamento, pois lá estão discriminados todos os seus gastos.

COMO CALCULAR A INFLAÇÃO INTERNA DA EMPRESA

Segundo Zatta *"para medir a inflação interna de uma empresa basta constituir alguns índices de preços de seus principais insumos e agregá-los em um índice geral. Em uma empresa industrial esses insumos correspondem aos materiais de produção, mão-de-obra, e outros custos e despesas. Nas empresas comerciais utilizam-se mercadorias para revenda e nas empresas prestadoras de serviços a folha de salários dos funcionários terá maior peso e destaque; as despesas financeiras devem ser analisadas à parte deste processo por dependerem da participação dos passivos onerosos na composição das fontes de financiamento da empresa"*.

Conforme já indicado anteriormente, a inflação dependerá do escopo definido. Na empresa não é diferente. É possível calcular vários índices de inflação interna. A inflação é, portanto, dependente da definição do que se quer medir. Padoveze indica a necessida-

de de apurar pelo menos dois indicadores: a inflação geral e a inflação por linha de produtos. Outros indicadores possíveis de ser obtidos são: inflação para cada divisão da empresa, inflação por insumos, inflação dos custos industriais, inflação dos gastos operacionais. O processo para o cálculo é o mesmo, o que difere são os dados.

A base para o cálculo de qualquer índice de variação de preços, por ser um cálculo que considera consumos médios ponderados, é:

- construção de cestas de participação dos itens de consumo de que se queira medir a variação média de preços;
- seleção, por amostragem, dos itens que deverão fazer parte das cestas de consumo;
- cotação periódica - mensal - dos preços dos insumos incluídos nas cestas de participação dos gastos.

Ilustraremos, a seguir, toda parte teórica deste estudo com base numa breve e resumida explanação da experiência vivenciada na implantação da inflação interna numa organização que serviu como base para nosso estudo.

Trata-se de uma empresa S/A de capital fechado, instalada no interior do estado de São Paulo, que atua no ramo de fabricação de papel cartão, a partir da reciclagem de aparas de papel em combinação com a utilização de fibras celulósicas virgens. Destaca-se que a empresa sofre com a variação da cotação do dólar americano (US\$), pois tem entre suas matérias-primas e insumos itens cotados ao preço mundial, os chamados *commodities*. Exemplo disso é a celulose.

A implantação definitiva do sistema deu-se no início do ano de 2003. Desde então, esta ferramenta tem sido objeto de uma reunião gerencial mensal, para análise dos resultados e posterior tomada de decisão.

CÁLCULO DA INFLAÇÃO INTERNA DA EMPRESA

Como citado anteriormente, a primeira etapa é criar e valorar as **cestas** de

MARCOS GROSS ALDAIR CESAR DA SILVA

participação. Como podemos observar no modelo do quadro a seguir, devemos montar nossa cesta de produtos, tendo como base os valores utilizados no orçamento. Na *coluna-(a)* a descrição dos produtos, na

coluna-(b) a quantidade orçada anualmente, na *coluna-(c)* o preço unitário, o preço unitário multiplicado pela quantidade anual orçada, na *coluna-(d)* encontra-se o peso de cada produto em relação ao seu grupo.

Devemos separar os produtos por grupos distintos (Matéria-prima fibrosa; produtos químicos; etc...), e todos sub-grupos juntos formam a cesta geral, os sub-grupos serão as sub-cestas:

QUADRO 1

COMPOSIÇÃO DA CESTA	Consumo anual conforme orçamento (b)	Custo anual (kg/ton/lt/hora) (c)	Consumo anual (b x c)	Peso no grupo % (d)
Celulose (ton)	54.000	R\$ 1527,00	R\$ 82.458.000,00	79,78%
Cartolina (ton)	36.000	R\$ 453,83	R\$ 16.337.880,00	15,81%
Papel Kraft (ton)	12.000	R\$ 380,44	R\$ 4.565.280,00	4,42%
Matéria prima fibrosa	102.000		R\$ 103.361.160,00	100,00%
Cola Alcalina (kg)	18.720	R\$ 506,00	R\$ 9.472.320,00	59,11%
Bactericida (Lt)	20.400	R\$ 209,00	R\$ 4.263.600,00	26,61%
Impermeabilizante (Kg)	7.200	R\$ 318,00	R\$ 2.289.600,00	14,29%
Produtos químicos	46.320		R\$ 16.025.520,00	100,00%
CPFL (Kwh)	600.000	R\$ 8,00	R\$ 4.800.000,00	100,00%
Energia elétrica	600.000		R\$ 4.800.000,00	100,00%
Industrial (Kwh)	864.000	R\$ 6,00	R\$ 5.184.000,00	88,15%
Administrativo (h/h)	57.600	R\$ 7,50	R\$ 432.000,00	7,35%
Comercial (h/h)	28.800	R\$ 9,20	R\$ 264.960,00	4,51%
Salários e ordenados	950.000		R\$ 5.880.960,00	100,00%
			R\$ 130.067.640,00	

A segunda etapa, (vide quadro 2) é identificar as variações nos preços por produto (matéria-prima, produtos químicos, etc.), de um determinado período para o período

seguinte (Dez/X0 – Jan/X1). Calculada a variação no preço de cada produto, ou seja, a inflação (*coluna-e*), aplicamos sobre esta variação a participação, ou o peso do

produto (*coluna-b*) sobre a inflação deste (*coluna-e*), apurando assim a influência percentual (inflação) deste gasto no total do mesmo grupo (*coluna-f*).

QUADRO 2

DESCRIÇÃO(a)	PESO no grupo das APARAS cf. CESTA (b) %	Média dos Preços Praticados em Dez/X0 (c) R\$	Média dos Preços Praticados em Jan/X1 (d) R\$	% Inflação do Produto (e)	Inflação Interna do Grupo Jan/X1 (exb) %
CELULOSE	79,78	1.527,00	1.540,00	0,85	0,68
CARTOLINA	15,81	453,83	461,00	1,58	0,25
PAPEL KRAFT	4,42	380,44	383,00	0,67	0,03
matéria-prima fibrosa	100,00				0,96
COLA ALCALINA	59,11	506,00	520,00	2,77	1,64
BACTERICIDA	26,61	209,00	217,00	3,83	1,02
IMPERMEABILIZANTE	14,29	318,00	318,00	0,00	0,00
produtos químicos	100,00				2,65
CPFL	100,00	8,00	8,18	2,25	2,25
energia elétrica	100,00				2,25
INDUSTRIAL	88,15	6,00	6,15	2,50	2,20
ADMINISTRATIVO	7,35	7,50	7,69	2,53	0,19
COMERCIAL	4,51	9,20	9,43	2,50	0,11
salários e ordenados	100,00				2,50

Para melhor exemplificar, observe que o preço da Celulose em Dez/x0 era de R\$ 1.527,00, subiu para R\$ 1.540,00 em Jan/x1, neste caso a celulose teve um aumento real de 0,85%, porém ao se considerar a sua representação obtida no quadro anterior, o percentual que na celulose é de 79,78%, chegaremos à conclusão de que o aumento da Celulose irá contribuir com 0,68% de aumento real no grupo das matérias-primas.

A variação monetária de cada gasto (produtos) deverá ser identificada por meio de cotações mensais, o que se busca é a

variação do custo unitário de cada produto, assim não será levado em conta um gasto maior ou menor em virtude de uma quantidade consumida a maior ou menor. Observe que, primeiro, calcula-se a variação no preço de cada produto, ou seja, a inflação do produto; depois, com base no **peso** deste produto no sub-grupo, calcula-se quanto ele influenciará na inflação do sub-grupo e, conseqüentemente, quanto influenciará no total da cesta.

A terceira etapa utiliza-se do mesmo procedimento da primeira, ou seja, calcular a cesta de participação, mas, desta vez, para

apurarmos a participação de cada "grupo" de produtos em relação ao orçamento anual. Apurada esta participação, aplicamos sobre ela o percentual de inflação do grupo (apurada no quadro 2). Com isso, apuramos a influência percentual de determinado grupo sobre o orçamento anual de gastos.

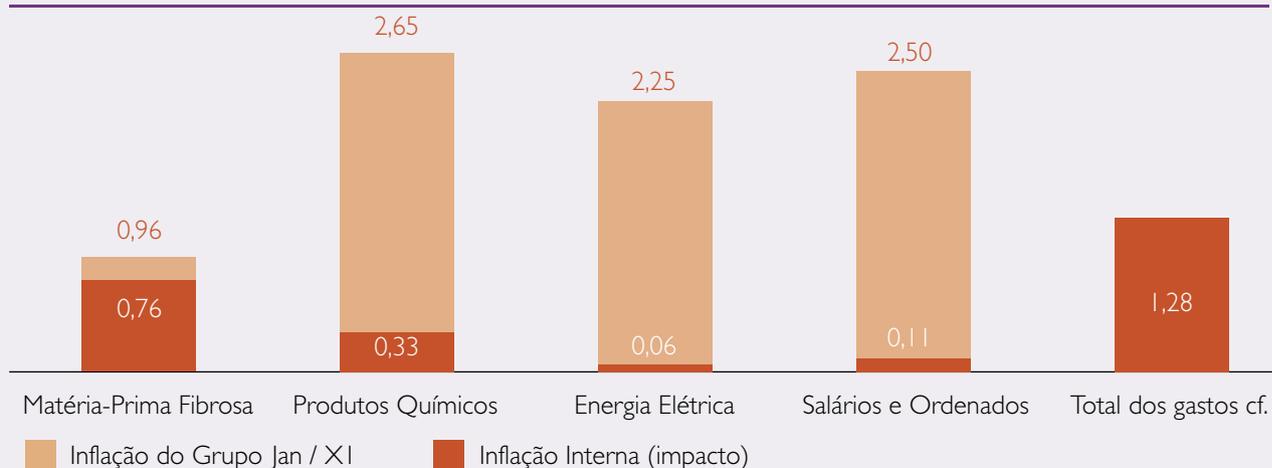
Esse percentual de influência mostra, ponderadamente, o quanto cada grupo está contribuindo para inflacionar (ou deflacionar) a empresa e a soma algébrica destes percentuais forma a INFLAÇÃO DA EMPRESA como visto no quadro a seguir:

QUADRO 3 - PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA

Composição da Cesta (a)	Custo Total Anual (b)	Peso na Composição % (c)	Inflação do Grupo % Jan / X1 (d)	Inflação Interna (impacto) % (dxc)
Matéria-prima Fibrosa	R\$ 103.361.160,00	79,47	0,96	0,76
Produtos Químicos	R\$ 16.025.520,00	12,32	2,65	0,33
Energia Elétrica	R\$ 4.800.000,00	3,69	2,25	0,08
Salários e Ordenados	R\$ 5.880.960,00	4,52	2,50	0,11
Total dos Gastos cf. Orçamentos / ano	R\$ 130.067.640,00	100,00		1,28

Já o gráfico a seguir, mostra o comportamento dos insumos e gastos operacionais e do índice de inflação interna apurado. Nota-se que somente a faixa azul contribuiu para a inflação interna neste período, índice de 1,28%:

INFLAÇÃO DOS INSUMOS E GASTOS OPERACIONAIS (%)



Fonte: Mídia Econômica e Controles Internos

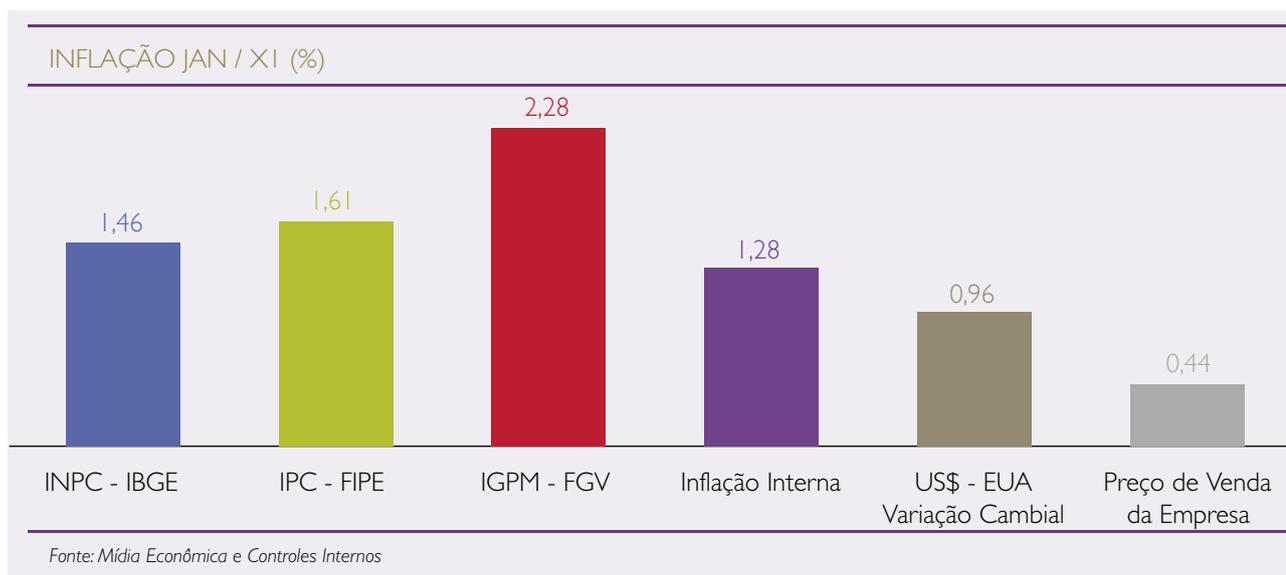
MARCOS GROSS ALDAIR CESAR DA SILVA

A informação sobre a inflação interna nos indica a necessidade de estudar alternativas para minimizar o impacto. É fácil perceber, também, que quem mais contribuiu com o índice da inflação interna foram as matérias-primas fibrosas, mais exatamente a celulose. Apesar do aumento ter sido pequeno, ele

tem um peso grande no custo. Há de se acompanhar de perto este importante item de custo.

Os resultados deverão ser objeto de comparações com outros índices externos. Para uma melhor análise da situação inflacionária da empresa, recomenda-se também que seja

analisada, a cada período, a variação do preço de venda praticado e da variação da cotação do dólar (US\$), assim como demonstrados graficamente, no quadro que se segue. Desta maneira, teremos um conjunto de informações mais completo e que permitirá aos gestores, uma melhor análise dos resultados.



CONCLUSÃO

Podemos verificar que a inflação da empresa está abaixo dos índices oficiais (INPC, IPC, IGPM). Num primeiro momento, isso

pode ser interpretado como um bom resultado, porém o repasse no preço de venda também foi menor. Se isso persistir, poderá, no longo prazo, ocasionar a descapitalização da empresa. Essa descapitalização poderá ser

confirmada na demonstração de resultado do exercício (DRE). Logo abaixo, verifica-se que houve uma redução na porcentagem do Lucro Bruto em relação à Receita Bruta, neste caso, de 22,8% para 22,2%.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Dez / X0	% da Rec. Bruta	Qtde	R\$	Jan / X1	% da Rec. Bruta	Qtde	R\$
RECEITA BRUTA VENDAS	10.339		5.750	1.798	10.677		5.912	1.806
DEDUÇÕES REC. BRUTA	(2.564)	24,8	ton.	preço	(2.648)	24,8	ton.	preço
RECEITA OPER. LÍQUIDA	7.775	75,2		p/ ton.	8.029	75,2		p/ ton.
CUSTO DAS VENDAS	(5.413)	52,4			(5.662)	53,0		
LUCRO BRUTO	2.362	22,8			2.367	22,2		

Como vimos, o indicador de Inflação Interna não deve ser analisado como um número isolado. Não seria possível esgotarmos, neste breve artigo, todas as possi-

bilidades de análise ou ainda efetuar todos os comentários baseados nos resultados explícitos nas tabelas e gráficos declinados anteriormente. Cabe aos gestores responsá-

veis, uma análise profunda e detalhada dos dados apurados, tirar conclusões e tomar as decisões que se fizerem necessárias ou desejadas.

BIBLIOGRAFIA

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Controladoria Estratégica e Operacional*. São Paulo: Thomson, 2003, 483p.

CULHARI, Sylvia Regina. *Introdução à Economia*. São Paulo: Textonovo, 2003, 94p.

FIPECAFI, *Manual de Contabilidade das sociedades por Ações*. São Paulo: Atlas, 2000, 508p.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/preços/sinapi/indice.shtm>. Acesso em 03 jul. 2003, 15:30:45.

ALEA – *Ação Local de Estatística Aplicada*. Disponível em: <<http://alea-estp.ine.pt/html/pmf/html/inflacao.html>>. Acesso em: 08 ago. 2003, 10:07:45.

ZATTA, Fernando. *Adm. Do Capital de Giro*. Fabavi – Faculdade Batista de Vitória. Disponível em: <<http://www.fabavi.br/interinas/informativo/adm.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2003, 17:45:00.

BONASSOLI, José Alberto. *Você já calculou a inflação da sua empresa?*. Disponível em: <www.pessoal.onda.com.br/bonassoli/artigos.html> - 9k> . Acesso em 25 mar. 2003, 12:28:09.

Você já calculou a inflação interna da sua empresa? *Boletim IOB Comenta*, 1999, No. 37 3a. sem. Setembro, Pág. 23 a 25.

PEREIRA, Antonio Eduardo. *A inflação e o índice de preços ao Consumidor*. Dossier III. Disponível em: <<http://alea-estp.ine.pt>>. Acesso em 23 mai. 2003, 21:19:45.



ALDAIR CESAR DA SILVA

*Técnico e bacharel em contabilidade com
pós-graduação em Gestão Estratégica Contábil*



MARCOS GROSS

*Técnico em Contabilidade com bacharelado em
Administração de Empresas e pós-graduação em
Gestão Estratégica Contábil.*



Errar é humano. Sonegar é crime.
Vestir essa camisa é mera consequência.

IOB Online não deixa dúvidas. É informação sempre segura.
Acesse www.iobonline.com.br ou ligue para 0800-707-2244.

IOB Online. Insubstituível.



É MOMENTO DE INTEGRAÇÃO. INTEGRE SEU ESCRITÓRIO COM SEUS CLIENTES.

CLIENTE ↔ ESCRITÓRIO



finamatic
Contas a Receber e Pagar,
Fluxo de Caixa e Bancos



**FOLHA DE
PAGAMENTO**



fatumatic
Sistema de Faturamento



**ESCRITA
FISCAL**



estmatic
Estoque de Matérias Primas +
Estoque de Produto Final + OF



CONTABILIDADE

internet
rede
disquete

FÁBRICA DE SOFTWARE

Inaugurada recentemente,
reúne programadores e
analistas num único local
garantindo excelência de
seus sistemas.



Mais vantagens para o seu cliente, mais vantagens para o seu escritório. Com a integração seus clientes ganham em agilidade e rapidez na entrega de documentos, em controle sobre as pendências, além de ter disponíveis os documentos antes do prazo. A segurança destas informações é garantida, já que só o cliente tem acesso aos seus documentos. No seu escritório, mais vantagens ainda. A integração de sistemas reduz prazos de apuração de impostos e emissão de guias. Reduz ainda custos, gastos com pessoal e erros, disponibilizando tempo de pessoal e equipamentos de informática. Assim você atende mais clientes, com mais qualidade e a mesma equipe.

Não perca este momento, fale com a Folhamatic e solicite nossa visita.

www.folhamatic.com.br

VENDAS

0800 015 4400

SUORTE TÉCNICO

SP : Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos PR : Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre



FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS